

**ELEIÇÕES
2026**

NACIONAL + pág / 4 e 5

A crise econômica profunda a crise política, ampliando a crise institucional e atingindo a governabilidade de Lula

INTERNACIONAL

EDITORIAL + pág / 31 e 32

A IRRACIONALIDADE DA PRODUÇÃO CAPITALISTA QUE SE MANIFESTA EM SUCESSIVAS INTERVENÇÕES E GUERRAS DE DOMINAÇÃO CONTINUA A LEVAR O MUNDO À BEIRA DO ABISMO DA GUERRA MUNDIAL

ESTÃO SENDO PREPARADAS AS ARMADILHAS ELEITORAIS E IDEOLÓGICAS PARA ILUDIR AS MASSAS DE QUE, VOTANDO EM LULA, SE ABRIRÁ CAMINHO PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA

EDITORIAL pág / 2



"Escândalo" do banco Master desnuda como funciona a sanha pelo lucro da burguesia e seus agentes

+ pág / 6 e 7

**A LUTA PELA
Autodeterminação**

INDÍGENAS PROTAGONIZAM ENFRENTAMENTOS COM CAPITALISTAS E AS INSTITUIÇÕES BURGUESAS

+ pág / 22 e 23

NACIONAL + pág / 8 e 9

PL 1424/26 - Criminalização de indivíduos e movimentos que lutam pelo fim do genocídio palestino

SINDICAL + pág / 14 e 15

SindServ - São Sebastião

PATRONAL INTERFERE NA CAMPANHA SALARIAL

SINDICAL + pág / 18 e 19

Burocracia da APEOESP faz de tudo para encaminhar o fim da greve


SINDICAL + pág / 20 e 21

GREVE DO FUNCIONALISMO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PALESTINA / Pela derrota do sionismo e do imperialismo na Palestina!

UCRÂNIA / Pela derrota da OTAN e do imperialismo na Ucrânia!

ESTÃO SENDO PREPARADAS AS ARMADILHAS ELEITORAIS E IDEOLÓGICAS PARA ILUDIR AS MASSAS DE QUE, VOTANDO EM LULA, SE ABRIRÁ CAMINHO PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA

 Duas importantes derrotas do governo no Congresso (a rejeição da indicação de Messias para o STF e a derrubada integral do veto presidencial do “PL da Dosimetria”) indicaram que no último ano do governo “Lula 3”, sua governabilidade depende do caudilho petista se comprometer ou ceder perante os interesses dos partidos e bancadas oligárquicas e direitistas, se curvando perante propostas de leis e mudanças aos projetos governistas (ou de aliados) e que, em última instância, deixam caminho aberto para uma maior opressão social e nacional, para o avanço da impunidade e corrupção etc. A queda de braço entre as instituições - nas que o Congresso dominado pela direita e a ultradireita é o instrumento de desestabilização das relações políticas - é esteio principal das manobras políticas e eleitorais.

Se de um lado cada batalha entre “poderes republicanos” reorganiza a divisão de poder e controle sobre orçamentos, aprovação de leis em benefício de políticos, empresários e frações burguesas (Plano Safra, orçamento secreto etc.) etc.; de outro, as “conquistas” da frente ampla parlamentar da direita e ultradireita (como as que impuseram a não a taxação das Bets e a derrubada do veto presidencial ao “PL da Dosimetria”) fortalecem a oposição, cada vez mais ampliada com os ex-aliados do governo, provendo-lhe de mais munição para alvejar o Superior Tribunal Federal (STF) e o executivo indistintamente.

Uma amostra (pela negativa) da progressiva erosão da frente ampla burguesa que levou Lula ao seu terceiro mandato se verifica não somente na saída de Ministros, nas derrotas parlamentares, nas permanentes tentativas de acomodação com as exigências da direita e dos capitalis-



• • •

Uma amostra (pela negativa) da progressiva erosão da frente ampla burguesa que levou Lula ao seu terceiro mandato, se verifica não somente na saída de Ministros, nas derrotas parlamentares, na permanente tentativas de acomodação com as exigências da direita e dos capitalistas, como assim também na **decisão do último Congresso do PT de aprovar um “programa eleitoral” em que se faz uma “distinção” entre direita liberal (que respeita a democracia) e a ultradireita (adversário “antidemocrático” a ser derrotado).**

tas, como assim também na decisão do último Congresso do PT de aprovar um “programa eleitoral” em que se faz uma “distinção” entre direita liberal (que respeita a democracia) e a ultradireita (adversário “antidemocrático” a ser derrotado). Na “atualização” da tática eleitoral dos petistas, a chamada “direita liberal” pode incluir não apenas figurões ao estilo de Geraldo Alckmin, mas também Davi Alcolumbre, Hugo Motta e outros figurões politiquieiros do Centrão e da direita reacionária.

A experiência desse terceiro mandato de Lula demonstra que os aliados de uma “frente ampla” não são confiáveis, se vendem ou trocam de lado de acordo com os interesses mais imediatos. Muitos que hoje apoiam o experimento de laboratório de uma “terceira via” eleitoral são ou foram aliados (ou apoiadores) da vitória da “frente ampla” em 2022, e prestaram apoio (ainda que limita-

do) ao governo com seus deputados e senadores no Congresso. Quem não recorda ainda a terceira candidata mais votada nas eleições de 2022, Simone Tebet, se integrar à frente ampla de Lula dotando de uma base social e parlamentar representantes dos latifundiários e grandes capitalistas agroindustriais que, logo, viriam condicionar seu governo com medidas contra os camponeses e povos originários? Certamente, Caiado, pré-candidato pela “terceira via” do PSD de Kassab, não irá fechar com Lula, e sim com Flávio Bolsonaro se não chegar no segundo turno. Negociará os votos obtidos e os apoios de frações capitalistas regionais com o candidato bolsonarista em troca de futuros ministérios, orçamento, financiamento e favores de todo tipo caso a ultradireita derrote os petistas e aliados. Sua candidatura é ainda uma manifestação da intervenção dos EUA na disputa eleitoral, uma vez que o acordo de entrega de recursos minerais críticos de Goiás para uma empresa norte-americana será uma moeda de troca nessas negociações, e uma arma entregue à ultradireita no enfrentamento ao governo federal de Lula para impor no Congresso mais uma derrota se se apresenta o projeto de lei de criação de uma empresa estatal para a exploração de terras raras, ou se tente dotar ao governo federal de faculdades legais para exercer direito exclusivo nos processos licitatórios desses recursos.

É necessário ter em conta ainda que a polarização eleitoral em nosso país se opera e desenvolve em meio a um curso de direitização da política burguesa mundial, na qual se impõe atualmente a tendência de que qualquer que seja o governo burguês eleito, terá de servir de instrumento à maior centralização política e econômica em favor dos monopólios,

// (...) ainda que Lula venha sair triunfante da disputa, e a frente ampla “ampliada” ainda mais à direita seja concretizada, os deputados e senadores eleitos por essa aliança eleitoral oportunista farão do Congresso um reduto ainda mais direitizado e antinacional.

Em outras palavras: **ganhe Lula, Bolsonaro ou qualquer outro figurão burguês, é possível afirmar que o Congresso manterá uma esmagadora maioria de partidos direitistas, obscurantistas e reacionários.**

→ portanto, continuar e avançar nos ataques e contrarreformas contra as massas. Qualquer que seja o presidente eleito, essa disputa se ampliará no próximo Congresso surgido das eleições. Entretanto, como demonstra a experiência mais recente dos últimos três anos no nosso país e também na América Latina (pag. 35 a 36), quando um governo eleito não é completamente serviçal ao imperialismo ou não aplica suas medidas como lhes são ditadas, no ritmo exigido, o Congresso passa a ser um instrumento de desestabilização, de enfraquecimento e golpismo, como demonstrou o golpe de estado pela via parlamentar contra Dilma Rousseff, inclusive dirigido e apoiado pelo vice-presidente preposto pelos empresários como parceiro de legenda, e muitos parlamentares de sua base aliada. Eis porque, ainda que Lula venha sair triunfante da disputa, e a frente ampla “ampliada” ainda mais à direita seja concretizada, os deputados e senadores eleitos por essa aliança eleitoral oportunista farão do Congresso um reduto ainda mais direitizado e antinacional. Em outras palavras: ganhe Lula, Bolsonaro ou qualquer outro figurão burguês, é possível afirmar que o Congresso manterá uma esmagadora maioria de partidos direitistas, obscurantistas e reacionários. A decomposição da burguesia como classe e o agravamento da crise econômica impõem uma violenta ofensiva monopolista e da burguesia nacional que mudou as relações de forças no interior das instituições, sendo mais favoráveis à direita e ultradireita e desfavoráveis aos “reformistas”. O governo “Lula 3” é um claro exemplo disso, quem não acredita, veja como o sionismo começa a ditar o conteúdo de leis (pag. 8 a 9) e pode agir livremente dentro do país comprando jornalistas e deputados, até governadores, visando

normalizar o genocídio dos povos colonizados e brutalizados como política de estado que se pretende legalizar no Brasil.

Não se deve deixar de fora da avaliação que os “potenciais parceiros” da dita “direita liberal” vão se aproveitar do desespero e da extrema flexibilidade da espinha dorsal política de Lula e do PT para negociar as leis e modificar os diferentes projetos em tratamento que ainda hoje tramitam no Congresso. Sabemos que o fazem para continuar parasitando os orçamentos públicos, condicionando seu apoio às leis em troca de dinheiro e obras públicas que possam apresentar como conquistas para seu eleitorado. De forma que um quarto mandato de Lula será de mais retrocessos das lutas populares, operárias e indígenas, e de novas traições das direções sindicais e políticas.

Porém, a imposição de derrotas aos movimentos e greves não fortalece o suposto governo democrático e popular” porque amputa e destrói, sistematicamente, a única força social capaz de combater e derrotar a burguesia imperialista e nativa e favorece um governo “reformista”. A “política de resultados” das centrais que antes se reduzia a pequenas migalhas para evitar a luta de classes, hoje virou “política de resultados” unicamente nas eleições, e para isso precisaram passar a defender os interesses do patronato para garantir a governabilidade de Lula. No altar das eleições burguesas, portanto, da ditadura dos capitalistas, se sacrificam atadas de pés e mãos às massas assalariadas e oprimidas. Essa é a “contabilidade” para as massas da “política de resultados eleitorais” das direções sindicais e populares que se ajoelharam perante o governo burguês de Lula.

O dever da vanguarda não é ocultar as armadilhas burguesas preparadas pelos governistas e aliados de que se trata de defender a democracia contra o fascismo, mais uma vez. É deixar claro o conteúdo da campanha e propaganda das burocracias sindicais que pretendem arrastar as massas a confiar nas eleições e nas instituições que são as mesmas que estão servindo à burguesia para pagar os parasitas da dívida pública às custas de precarizar saúde e educação, rebaixar os serviços públicos, desfechar os efeitos da crise mundial sobre a vida dos oprimidos retirando direitos, estendendo o contrato temporário, reduzindo salários e entregando os recursos naturais aos monopólios, portanto, criando as condições para uma perda de soberania nacional e de rebaixamento das condições de vida para garantir os lucros capitalistas.

A defesa das condições de vida mais imediatas das massas nunca esteve tão clara e definitivamente ligada à defesa de sua estratégia, métodos e táticas próprias da luta de classes. Mas, isso obriga a vanguarda revolucionária a dar rumo à luta permanente e sistemática pela superação das direções traidoras das organizações de massas. A constituição de uma oposição revolucionária ao governo burguês de plantão requer não apenas reconstruir a direção revolucionária do proletariado, organizada como partido marxista-leninista-trotskyista, como exige e travar uma luta no interior dos sindicatos e organizações populares para recuperá-las dos burocratas, sejam de direita ou esquerda, e recuperar esses organismos de frente única para combater pela destruição do estado burguês e da classe burguesa, erguendo um estado operário, sob a forma de um governo operário e camponês. ●

A CRISE ECONÔMICA APROFUNDA A CRISE POLÍTICA, AMPLIANDO A CRISE INSTITUCIONAL E ATINGINDO A GOVERNABILIDADE DE LULA.

A crise capitalista em todo o mundo é marcada pelas contradições entre o processo da desindustrialização e retrocesso das forças produtivas nos países capitalistas em choque com o processo relativo de desenvolvimento de forças produtivas nos Estados Operários degenerados, fundamentalmente a China, esse fenômeno é parte da atual fase do capitalismo, que na sua fase imperialista, predomina a financeirização da economia e com o parasitismo financeiro em torno dos títulos das dívidas públicas da maioria dos países.

O enorme abismo cada vez maior entre o valor e mais-valia arrancados ao proletariado na produção social, com os juros e valorização da economia fictícia do capital financeiro, que cada vez mais parasitária dos orçamentos do estado, agravam o retrocesso das forças produtivas das semicoloniais e a opressão nacional, arrastando nosso país para aprofundamento da crise econômica, que tende a agravar a crise política.

Esse processo também arrasta potências industriais em declínio, a exemplo do Japão e dos Estados Unidos, que já possuem dí-

vidas públicas que ultrapassam 100% de seus PIBs. No caso do Brasil semicolonial, o endividamento já chegou aos 80,1% do PIB. Certo é que existe uma grande diferença com relação ao nosso endividamento e dos países imperialistas. Em nosso caso, pagamos sob nossa própria taxa de juros que, na atualidade, é de 14,5%. Assim, é sugado um enorme montante de valor por meio da dívida pública, enquanto nos países imperialistas (como Japão e EUA) os juros são baixos, cerca de 0,75% e 3,5%, respectivamente.

Nas economias semicoloniais, como a nossa, existe ainda uma pressão cada vez maior sobre os governos para que a dívida pública seja priorizada, em detrimento das necessidades mais básicas das populações como saúde, educação, moradia, etc. No caso do Brasil, essa pressão está em torno da política do arcabouço fiscal, que substituiu o teto de gastos, e de outros ataques que acabam por jogar a crise sobre a maioria explorada.

O governo Lula se vê numa corda bamba em ter que atender aos interesses do imperialismo em torno da dívida pública, de setores da burguesia nacional, como o agronegócio com o Plano Safra com investimento de mais de 516 bilhões. Soma-se aí a não incidência de receitas sociais de importação para esse setor. Os incentivos fiscais como desoneração da folha de pagamento e outros incentivos como empréstimos via BNDES a juros mais baixos para as empre-

sas nacionais. Soma-se a esse montante a inadimplência dos bancos e da indústria com relação ao INSS e impostos à Receita Federal, esses são parte do saque ao tesouro público nacional. Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), o governo deixou de arrecadar cerca de 544,47 bilhões, aproximadamente 4,4% do PIB em 2025. Outros economistas apontam que o valor pode ser ainda maior, chegando na casa dos R\$800 bilhões.

Outro elemento que enfraquece o governo ampliando a crise de governabilidade são as emendas parlamentares e o chamado orçamento secreto. Segundo dados do Portal da Transparência, em 2025 o governo destinou R\$8,5 bilhões para as emendas parlamentares. No final do ano esse valor passou dos R\$31 bilhões. Para esse ano os parlamentares exigem cerca de R\$60 bilhões com um calendário para que o governo solte os valores, como forma de se prepararem para as eleições. Esses valores são destinados a obras e compras de produtos e mercadorias nos estados e municípios por parlamentares, que servem à campanha eleitoral das oligarquias ao atrelar a “entrega” de escolas, centros de saúde, obras públicas etc. em troca de votos. Uma parcela desse dinheirama é investida sem nenhuma transparência, ou é repassada para fundos de investimentos e paraísos fiscais, quando não acabam servindo à lavagem do dinheiro de milícias, narcotráfico



Nas economias semicoloniais, como a nossa, existe ainda uma pressão cada vez maior sobre os governos para que a dívida pública seja priorizada, em detrimento das necessidades mais básicas das populações como saúde, educação, moradia, etc. No caso do Brasil essa pressão está em torno da política do arcabouço fiscal, que substituiu o teto de gastos, e de outros ataques que acabam por jogar a crise sobre a maioria explorada.

e negociatas de inúmeras Igrejas. Com certeza a maior parte dos investimentos vai para empresas ligadas aos próprios parlamentares e a apadrinhados políticos, o que chega à população são produtos, serviços e mercadorias superfaturados e de baixíssima qualidade. Outra fração das emendas são “revendidas” aos municípios, que, por meio de lobistas, recebem os investimentos e repassam uma porcentagem ao parlamentar que a destinou. Mesmo o STF, tendo considerado desde 2022 a prática ilegal, a farra com o dinheiro público continua. ↑

FOLHETO

Para o
TRABALHO
REVOLU-
CIONÁRIO
nos SINDICATOS
e demais organizações de massas

Adquira com nossos militantes!

→ Os últimos escândalos de corrupção na Previdência Social e a falência do Banco Master (pág 6 a 7) que se misturou com a CPI do Crime Organizado, com as investigações apontando ligação entre o banqueiro Daniel Vorcaro e importantes lideranças políticas como o governador do Distrito Federal afastado, Ibanez Rocha, e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), como Alexandre de Moraes e Dias Toffoli, evidenciam o tamanho da crise política em que se encontra a república burguesa brasileira. A situação colocou os ministros do STF na defensiva. Isso se evidenciou com a posição de Dias Toffoli, defendendo a cassação do mandato de parlamentares que atacam a instituição. O problema envolvendo a falência do banco, lideranças políticas, e outros ligados ao alto escalão da justiça e demais instituições do estado burguês, vai longe. Sobretudo se Daniel Vorcaro resolver fazer a delação premiada, a crise institucional será ainda maior e colocará o governo e a institucionalidade burguesa numa posição ainda mais difícil. Com certeza os debates e acordos a portas fechadas vão no sentido de abafar e esconder as sujeiras que envolvem o sistema financeiro, o sistema jurídico, político e até o crime organizado.

A desmoralização do STF com as acusações surgidas pelas investigações do caso do banco Master, não apenas acirrou os choques entre instituições do Estado como colocou contra a parede o judiciário que já não pode se vestir com o manto da imparcialidade e da ética, saltando aos olhos a corrupção dessa casta burocrática que enriquece parasitando do estado e dos negociados.

O que vem sendo aproveitado pelas forças políticas do Centrão, e do bolsonarismo, para condicionar o último ano de governo Lula e favorecer seus objetivos eleitorais, além de enfraquecer a capacidade de ação do STF que tem servido à ofensiva direcionada contra certos focos de corrupção que envolvem deputados, senadores, governadores etc.

Esses escândalos vêm sendo canalizados pela extrema direita contra o governo Lula, e tem ampliado a crise de governabilidade acirrando a polarização política entre o PT e a extrema direita. A recente derrota do governo Lula no Congresso Nacional com a reprovação de Jorge Rodrigo Araújo Messias, Advogado-Geral da União, para uma vaga no STF, que era uma indicação direta de Lula, expõe mais uma vez a queda de braço entre o governo e o Congresso Nacional que acaba favorecendo a este. Soma-se agora a derrubada do veto de Lula ao PL da Dosimetria, ou seja, uma manobra do centrão aliado à ultradireita para reduzir as penas pelas ações golpistas de 8 de janeiro de 2023, e poderá facilitar a via da anistia.

A crise institucional no Brasil tem raízes históricas, e seu fundamento reside em que diferentes frações da burguesia, com suas oligarquias regionais, estiveram e estão no controle de alavancas essenciais do estado, a exemplo do Congresso. O que também se reflete na disputa eleitoral com o lançamento de candidaturas da “terceira via”, a exemplo do lançamento da pré-candidatura de Ronaldo Caiada, governador de Goiás (PSD). As oligarquias regionais e as distintas frações da burguesias se organizam ao

interior do Congresso para negociar seus interesses. A polarização eleitoral impede uma “terceira via” de vingar. Mas, as candidaturas “alternativas” servem a essas oligarquias para negociar cargos, ministérios e orçamentos com o próximo governo eleito. Esse é o real objetivo dos candidatos da “terceira via”. A venda recente da empresa de mineração de terras raras Serra Verde Group, em Goiás para a empresa norte americana USA Rare Earth, é também parte dessa disputa e manobras ao manifestar a decisão de entregar riquezas ao imperialismo, e abre uma via à negociação com Flávio Bolsonaro que, tudo indica, contará com a campanha de Trump desde os EUA.

Como podemos perceber, o governo de Frente Ampla de Lula/Alckmin, mesmo sendo subserviente dos Estados Unidos e do capital financeiro descarregando a crise econômica sobre os explorados brasileiros com o arcabouço fiscal, congelamento salarial e continuação do desmonte das estatais e dos serviços públicos; e mesmo sendo subserviente das diferentes frações da burguesia e das oligarquias regionais, sobretudo a do agronegócio, se vê refém das forças da crise econômica imposta de fora para dentro do país e, sem capacidade de reagir com uma política soberana e de industrialização, logo se transforma em crise política.

O proletariado e demais oprimidos devem perceber que historicamente as diferentes frações da chamada “elite brasileira”, na verdade as diversas frações da classe dominante (latifundiários, industriais, agroindustriais, capitalistas comerciais e bancários etc.) disputaram entre si qual a fração que lhe

corresponderá gerir o estado em aliança com o capitalismo monopolista imperialista, administrar os negócios da burguesia em seu conjunto. As eleições burguesas apenas trocam um partido da ordem e uma fração (ou frações) burguesa por outra no poder do estado, enquanto a maioria nacional explorada e oprimida é arrastada a escolher seu próximo verdugo. Não podemos aceitar que nos arrastem para as suas disputas inter burguesas, sermos peões no tabuleiro da burguesia. Temos que lutar na defesa do método da luta de classes, defender nossas reivindicações, avançar na independência de classe e defender antes, durante e depois das eleições nossos métodos e nossa estratégia pela tomada do poder para a instauração do governo Operário e Camponês surgido não das urnas, mas da luta de classes que derrubará à burguesia e demolirá suas instituições, erguendo novas baseadas na mais ampla democracia direta dos operários e oprimidos. ●





"Escândalo" do banco Master desnuda como funciona a sanha pelo *lucro da burguesia* e seus agentes

A liquidação (falência) do banco Master, decretada pelo Banco Central em novembro de 2025, arrastou junto suas afiliadas Banco Letsbank S.A. (atual Banco Bluebank S.A.) e a Master S/A Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários. Veio à luz o plano muito bem elaborado e bem articulado de golpe de Daniel Vorcaro, principal acionista e chefe da instituição financeira, que, resumidamente, sustentava uma espécie de "esquema em pirâmide" insustentável a médio e longo prazo, mas que permitiu imediatamente uma transferência e acumulação de capital de forma parasitária. Em outras palavras, ele devolvia dinheiro aos investidores sobre a forma de juros com dinheiro de novos investidores, que eram iludidos com taxas de rentabilidade muito acima da média. Assim, pôde pilhar bilhões de reais enquanto contava com a proteção parcial de agentes da burguesia e da burocracia estatal.

A fraude em si se assemelhava ao famoso esquema de pirâmide: o banco oferecia rendimentos muito superiores ao da concorrência, como na modalidade de CDBs (Certificado de Depósito Bancário) a 140% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário – uma espécie de taxa de juros), trazendo assim um número crescente de clientes que in-

vestiram dinheiro e poupanças com promessas de lucros rápidos. Os investimentos dos novos clientes que se somavam ao "esquema" constituíam os novos fundos que eram responsáveis pelo pagamento dos juros dos investimentos dos clientes mais antigos, criando um ciclo no qual o resultado não poderia ser outro a não ser o calote generalizado e a falência da instituição.

Para sustentar esse esquema, Vorcaro contou também com investimentos financeiros volumosos de setores públicos, como o BRB (Banco de Brasília) e de RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) de estados e municípios, diretamente (como Rioprevidência, Amapá Previdência, Maceió/AL, Cajamar/SP, São Roque/SP, entre outros) ou indiretamente por meio de fundos de investimentos, que é o caso de São Sebastião/SP, Betim/MG, Uberlândia/MG, Cascavel/PR, Maringá/PR, Angra dos Reis/RJ, etc. Estima-se que são 19 entes federativos com investimentos diretos e 108 com investimentos indiretos. Os investimentos eram próximos de R\$2 bilhões antes da liquidação do banco Master, e com a divulgação do esquema fraudulento, os títulos simplesmente "derreteram" com a desvalorização dos papéis. Não há qualquer dúvida que o parasitismo do Master sobre capitais públicos não poderia ter acontecido

(...) enquanto dirigentes partidários e parlamentares, teriam impulsionado uma espécie de "bancada" oculta do Master para defender os interesses do banqueiro e seus aliados, incluindo outros políticos e ministros do judiciário. A aparente interminável lista de influência de Vorcaro também tem nomes muito relevantes, como ACM Neto, Tarcísio de Freitas, Ibaneis Rocha, Jair Bolsonaro, Hugo Motta, Davi Alcolumbre, Rui Costa, Guido Mantega, Ricardo Lewandowski, Jaques Wagner, João Doria, entre outros.

sem a cumplicidade de agentes e funcionários das instituições.

A investida de Vorcaro e seu bando só foi possível se sustentar por tanto tempo graças a uma rede de influência empresarial e política gigantesca, montada sobretudo na base da propina e interesses financeiros e políticos. A lista de influência de Daniel Vorcaro tem desde funcionários do Banco Central (BC), que repassavam informações internas e o assessoravam clandestinamente em procedimentos do próprio BC, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e os presidentes Temer e Lula, que se reuniram com o banqueiro. Para se ter uma ideia de ↑

→ como a quadrilha do Master tentou amarrar as autoridades, somente a esposa de Alexandre de Moraes (ministro do Supremo Tribunal Federal) recebeu cerca de R\$80 milhões em um contrato hiperinflacionado, por meio de seu escritório de advocacia, uma média de R\$3,6 milhões mensais para consultoria e atuação jurídica. Outro ministro do STF que está sob suspeita de recebimento de propina é Nunes Marques, pois o Master e a JBS repassaram R\$18 milhões para outra consultoria, sendo que Kevin Marques (filho do ministro Nunes) recebeu cerca de R\$280 mil, durante uma disputa judicial no próprio STF que envolvia a J&F (JBS) e a Paper Excellence pelo controle da Eldorado Brasil Celulose. Ciro Nogueira, do Progressistas, e Antônio Rueda, do União Brasil, também são acusados de envolvimento direto com Daniel Vorcaro, pois, enquanto dirigentes partidários e parlamentares, teriam impulsionado uma espécie de "bancada" oculta do Master para defender os interesses do banqueiro e seus aliados, incluindo outros políticos e ministros do judiciário. A aparente interminável lista de influência de Vorcaro também tem nomes muito relevantes, como ACM Neto, Tarcísio de Freitas, Ibaneis Rocha, Jair Bolsonaro, Hugo Motta, Davi Alcolumbre, Rui Costa, Guido Mantega, Ricardo Lewandowski, Jaques Wagner, João Doria, entre outros.

A operação da Polícia Federal denominada de *Compliance Zero*, que investiga lavagem de dinheiro e pagamentos de propina a agentes públicos envolvendo o Banco Master e o BRB, assim como gestão fraudulenta, organização criminosa e emissão de títulos de crédito falsos, foi a responsável por expor esses e outros nomes, pelo cumprimento de 96 mandados de busca e apreensão e 13 prisões, até agora. Destaca-se o fato de os presos mais influentes serem os gestores dos bancos BRB e Master, enquanto as autoridades comprovadamente ligadas ao esquema se manterem em seus cargos e livres. Contudo, e especialmente em ano eleitoral, é nítido a queda de braço iniciada pelo dito centrão e a direita – dos quais predominam o envolvimento no esquema – contra Lula, tencionando pela limitação ou encerramento da operação



Este "escândalo" não apenas cabe para cálculos no tabuleiro eleitoral, mas, principalmente, irá refletir em algum momento no futuro sobre os assalariados, os quais viram seus regimes previdenciários jogarem volumosos montantes de dinheiro, fruto do confisco da contribuição previdenciária, em investimentos fraudulentos, o que poderá comprometer a continuidade do pagamento de pensões e aposentadorias. Um prejuízo inestimado aos explorados causado pela sede de ganância rápida orgânica da burguesia e seus agentes econômicos e políticos corruptos. ■

da polícia, operando para que as consequências da rouboalheira se limitem à condenação de alguns funcionários e gerentes bancários, mas que não acabe salpicando nas eleições. Não porque Lula e o PT são paladinos da justiça e honestidade, mas sim porque a *Compliance Zero* colocaria a faca e o queijo na mão dos petistas para impactar a seu favor no pleito de 2026. Ao mesmo tempo, esta faca possui dois gumes, e poderia sangrar os próprios aliados da frente ampla envolvidos nos esquemas, como os partidos do chamado centrão, parte da base parlamentar do governo Lula/Alckmin, além, é claro, de pôr luz às frações parasitárias da burguesia que não só contribuem financeiramente com a campanha eleitoral, mas possuem imensa influência política.

Essa queda de braço do parlamento e executivo já impôs duas derrotas significativas ao governo federal, como a derrubada dos vetos do PL da dosimetria¹ e a rejeição de Jorge Messias à cadeira do STF, e promete intensificar as fraturas inter-burguesas na disputa

1. "A brutal ofensiva colonialista norte-americana condicionará o fim do mandato de Lula e a disputa inter-burguesa" – Página 02 do jornal O Internacionalista nº 35 (janeiro de 2026).

eleitoral de 2026. Se, por um lado, Lula intensifica o entreguismo das estatais e dos recursos naturais – fontes de matérias primas –, por outro lado, o imperialismo ianque abre mão de qualquer via de conciliação com o enterro do multilateralismo, cercando e intervindo diretamente sobre as semicolônias. Essa conjunção de fatores atingiu e continua atingindo à governabilidade e aprofunda a crise institucional.

Este "escândalo" não apenas cabe para cálculos no tabuleiro eleitoral, mas, principalmente, irá refletir em algum momento no futuro sobre os assalariados, os quais viram seus regimes previdenciários jogarem volumosos montantes de dinheiro, fruto do confisco da contribuição previdenciária, em investimentos fraudulentos, o que poderá comprometer a continuidade do pagamento de pensões e aposentadorias. Um prejuízo inestimado aos explorados causado pela sede de ganância rápida orgânica da burguesia e seus agentes econômicos e políticos corruptos. Assim, este episódio está longe de ser apenas um fato isolado, juntando-se aos muitos ataques da burguesia contra as condições de vida dos oprimidos pela manutenção de seus lucros.

Ao conjunto dos trabalhadores e demais oprimidos, fica a difícil tarefa de entender que o capitalismo em decomposição somente pode se manter levando a exaustão os assalariados, e roubando-lhes até a última moeda de seus ingressos, e assim se organizar para superar suas direções sindicais pelegas que freiam e traem suas lutas e incorporar às reivindicações mais elementares de defesa das condições de vida as bandeiras de fim do confisco da aposentadoria, controle coletivo dos regimes de previdência e abertura dos livros de contabilidade, somada à necessidade de avançar em luta contra a burguesia, expropriando-na e efetivando a completa estatização dos bancos, sob controle dos trabalhadores e demais oprimidos, e se encaminhando sob a direção de sua vanguarda o em marcha a derrubada do governo burguês e instauração do governo operário e camponês, sob a política operária, rumando para a extirpação da burguesia e da sociedade de classes. ●

PL 1424/2026

O PL de criminalização de indivíduos e movimentos que lutam pelo fim do genocídio palestino pretende legitimar os métodos genocidas do estado sionista em nosso país

O PL 1424/2026, de Tábata Amaral, que criminaliza as críticas feitas contra o estado de Israel pelo genocídio palestino, caracterizando-as como “antisemitismo”, é dirigido contra manifestações e ativistas pró-Palestina.

No art. 2º, §2º afirma: as “manifestações de antissemitismo podem ter como alvo o Estado de Israel, encarado como uma coletividade judaica”, enquanto no §3º assinala que as “críticas a Israel que sejam semelhantes às dirigidas contra qualquer outro país não podem ser consideradas antisemitas.” No art. 4º, §2º, afirma-se que não é intenção do PL “a criação de novos tipos penais” e sim caracterizar que “o antissemitismo é uma forma de racismo”. De forma que o PL insere essa definição nos termos da Lei nº 7.716/1989 “com todos os seus efeitos”. Refere-se à lei que penaliza manifestações racistas.

Se aprovada como lei, se anulará de fato as liberdades democráticas de livre organização, manifestação e opinião sobre o genocídio. E não é por acaso: a definição de “antisemitismo” do PL 1424 assimila a definição da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto, HIRA, à legislação brasileira. Ou seja, legaliza a política supematista e colonialista do estado de Israel que passa a ser defendida por Amaral, que se transforma em um “agente” dos interesses de um estado estrangeiro em solo nacional.

O PL associa falsamente um estado a uma “coletividade” étnica por meio da “dissolução” de um povo em um estado étnico-racial supematista. Inclusive, nega que grande parte dessa “coletividade” judaica na diáspora rejeita o Estado de Israel e se declara antissionista, ao mesmo tempo que apaga os direitos dos palestinos, árabes, cristãos e muçulmanos que compõem parte desse “estado”. Ou seja: incluiria na lei brasileira o reconhecimento do estado de Israel como entidade racial e, portanto, assimilando como justo e legal o conceito de “cidadãos de segunda categoria” dos não judeus dos territórios ocupados.

O PL foi escrito propositalmente com uma retórica ambígua para, dessa for-

ma, evitar sua contestação jurídica e constitucional. Eis porque aproveita-se do marco jurídico existente – produto de uma realidade social e histórica particular e concreta – para introduzir uma política racial supematista que normaliza a limpeza étnica, portanto, um crime racista que a pretendida “lei marco” rejeita. De um só tiro, Amaral pretende também desnaturalizar os preceitos sobre o que é racismo na lei brasileira.

Também é o seu objetivo aprovar uma definição abstrata do “crime” para que esse possa ser ajustado interpretativamente (de forma intencional e politicamente orientada) contra qualquer crítica contra o Israel. Confere a quem aplicará a lei (estado, justiça e polícia) a faculdade de determinar o que caracteriza como crime de “antisemitismo”. Ora, se bem o §3º do art. 2º estabelece uma suposta distinção, o PL deixa claro que somente pode ser orientada contra um governo; mas não contra um regime como um todo baseado qualquer seja seu governo no colonialismo, genocídio e limpeza étnica.

Em definitivo: Amaral pretende legalizar o “direito de Israel a existir” sobre a base da colonização, expulsão da população nativa e de cometer crimes raciais politicamente orientados. E negar-se-ia nos fatos o direito à existência do Estado Palestino, uma vez que é o próprio estado sionista que o assinala como “ameaça existencial” a seu projeto de supremacia étnico e racial. Portanto, que a preservação e “existência” dessa “coletividade judaica” só pode ser feita com métodos coloniais, militaristas e terroristas. Finalmente, transforma o genocida em “vítima” à qual tudo lhe está justificado pelo seu passado, e à qual as leis e direito internacionais não se aplicam em nenhuma circunstância.

O PL 1424/2026 foi apresentado após a aprovação no Knesset (Parlamento) de Israel a pena de morte a prisioneiros políticos palestinos, que nada mais é que a legalização do assassinato político e um instrumento legalizado da limpeza étnica e do genocídio - não muito diferente das câmaras de gás que

cumpriam o mesmo objetivo de exterminar os judeus da Europa. Isso não é coincidência e sim instrumentação de uma campanha política do sionismo. Por convicção ideológica ou por conveniência econômica, ou talvez ambas, Tábata Amaral se alistou no “exército” de ação política dos genocidas.

Amaral não é a primeira dita “progressista” e “liberal” a ser uma ferrenha defensora de Israel. Deputados do PT também tinham dado seu apoio ao PL, mas assombrados pela perda de apoio eleitoral decidiram dar marcha atrás. O recuo oportunista não apaga sua responsabilidade e filiação ideológica ao sionismo. Além de mostrar que nas entranhas do governo dito “progressista” e que caracéu contra o genocídio, ocultam-se e operam defensores do genocídio em nome do “direito a existir” de Israel.

Tampouco o poder executivo está livre de cair na subordinação às operações ideológicas e nem ao poder do dinheiro do lobby sionista. No exato momento em que o genocídio palestino continua e que agora estende-se para o Líbano, o Ministério de Relações Exteriores decidiu continuar à frente como o seminário sobre “antisemitismo” no dia 16/04, no Itamaraty, no qual participarão reconhecidas organizações sionistas, a exemplo da CONIB, a Confederação Israelita do Brasil: um braço político do estado israelense. O seminário para lutar contra a discriminação de judeus deixou de fora aos judeus antissionistas. Basta isso para saber que foi um seminário pró-estado de Israel, e mais nada. Não fosse a valente intervenção da reconhecida professora Arlene Clemesha em denunciar o genocídio palestino, o associando em suas raízes históricas e ideológicas com o holocausto judeu, ou seja, associando o sionismo ao nazismo, o governo teria saído quase impune pelo palanque institucional ao sionismo.

Há já quem afirma que existe uma contradição entre a postura de Lula ao caracterizar o que acontece em Gaza como genocídio e a realização do seminário em instalações do poder executivo. Ou seja, que pretende lavar a cara de Lula e tentar vender o seminário como

→ uma imposição ou, na melhor das hipóteses, um deslize de um presidente “comprometido” à causa palestina. Mas, isso é mais enganação. É mais uma amostra da negação a levar sua retórica ao campo das medidas de estado. Lula não fez nada para paralisar as exportações de bens e mercadorias para Israel, estado que prática genocídio; nem para fechar a importação de produtos e mercadorias de Israel para o Brasil. Dito claramente: para impedir negócios que lubrificam a maquinaria assassina que trucidava palestinos. Repetimos que essa atitude faz de Lula cúmplice objetivo do holocausto palestino. Ele é um agente político eleito para administrar os negócios da burguesia, e os lucros se impõem à retórica vazia sobre direitos humanos. Na base dessa capitulação sórdida acha-se o objetivo de manter a aliança com frações da burguesia que o elevaram à presidência em 2022, visando repetir para 2026. Lula troca o sangue palestino por votos e apoios.

É provável que o PL caia no colo de Lula antes das eleições. A direita e ultradireita irão acelerar seu tratamento visando desgastar eleitoralmente o caudilho petista. A posição do governo Lula (se aprovado ainda neste ano) será provavelmente de vetar alguns trechos para apoiar seu conteúdo geral. Deixamos aqui escrito este prognóstico porque servirá para mostrar, mais uma vez, a farsa daqueles que apresenta Lula como um progressista capaz de frear o avanço do “fascismo”. Lula não é um “refém” de forças obscuras, e sim um político burguês que sobrevive graças ao “toma lá, dá cá” da política burguesa. E os sionistas saberão aproveitar de sua influência construída na base da abundante disposição de dinheiro para definir leis e penetrar as instituições - como mostraram ser capazes de fazer nos EUA e Europa.

Para os marxistas, o direito e as leis são um produto de uma determinada correlação de forças entre as classes antagônicas. Mas, o direito em uma sociedade dada corresponde aos interesses da classe dominante na economia e no Estado. O que se passa com o PL de Amaral aqui no Brasil, e com a pena de morte em Israel, não são o atestado de morte do direito burguês e sim sua readequação a uma nova fase da ofensiva da burguesia mundial contra as massas e as nações oprimidas. As tendências fascistas, genocidas e coloniais que pretendem se fixar em letras de molde da jurisprudência se desenvolvem em meio

à podridão da burguesia e seu regime político em nível mundial. Eis porque, como acontece na Ucrânia, se abrem as vias políticas, jurídicas e diplomáticas para a restituição e normalização dos crimes do nazismo e do fascismo, bem como da existência de estados colonialistas e genocidas. Em sua decadência, a burguesia decomposta reabilita (legal e ideologicamente) o genocídio étnico e nacional, como sem qualquer restrição anunciou ainda Trump em seu “plano” para Gaza e na guerra contra o Irã.



Se aprovada como lei, se anulará de fato as liberdades democráticas de livre organização, manifestação e opinião sobre o genocídio. (...) a definição de “antissemitismo” do PL 1424 assimila a definição da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto, HIRA, à legislação brasileira. Ou seja, legaliza a política suprematista e colonialista do estado de Israel que passa a ser defendida por Amaral, que se transforma em um “agente” dos interesses de um estado estrangeiro em solo nacional.

A correlação de forças é favorável à burguesia e seus agentes políticos no estado porque o governo dito progressista não deu um rude golpe nos interesses sionistas encerrando todos os acordos. É favorável porque dentro do PT se manifestam posições reacionárias e favoráveis ao sionismo. É favorável, sobretudo, porque as direções sindicais estão controladas e ajoelhadas perante o governo burguês, impedindo a organização de ações coletivas e manifestações que atinjam e estrangulem os interesses sionistas no Brasil. E somente será favorável à derrubada de todos os projetos reacionários quando as massas operárias e populares passem por cima dos bloqueios burocráticos e imponham ao governo Lula a ruptura de todos os acordos com Israel com os métodos da luta de classes. Por isso é que a luta contra o sionismo e pela destruição do Estado genocida de Israel não se

atrela à defesa de um governo burguês, qualquer seja esse, porque aquela é condicionada e delimitada pelo conteúdo de classe que adquire a luta para ajudar à autodeterminação dos palestinos em todos os seus territórios.

Desde a conformação do movimento sionista em finais do século XIX, o marxismo se mostrou um inimigo irreconciliável do movimento nacionalista que nascia como sustentáculo de imperialismo inglês e, posteriormente, norte-americano. Na sua base achava-se o objetivo de implantar um estado colonial baseado na limpeza étnica e constituição de um estado étnico-racial baseado no apartheid, e que servia de máscara ao expansionismo monopolista em territórios árabes.

O racismo é uma função econômica do capitalismo, explicou Marx. A destruição de Israel é, portanto, uma tarefa que está intimamente ligada à destruição do estado que instrumentaliza o holocausto palestino ao serviço dos monopólios. Nada disso diz respeito ao ódio racial contra judeus cultivado pelos mesmos monopólios imperialistas no passado. Como o sionismo se verificou um instrumento servil ao imperialismo, o movimento sionista profundamente racista foi assimilado como braço político dos monopólios, enquanto o antissemitismo acabou sendo instrumentalizado para servir aos objetivos colonialistas que, como no passado, instrumentam o racismo como política da burguesia para justificar seu expansionismo sobre territórios árabes e persas. Não é por acaso que racismo hoje se volta, preferencialmente, contra muçulmanos uma vez que esses habitam as terras que devem passar sob controle da burguesia imperialista e de sua fração sionista, particularmente.

É a revolução proletária que avançará na destruição do estado de Israel criando um outro estado palestino, uno e socialista, em que os povos, raças, etnias e nacionalidades se unirão cooperativamente na construção do estado operário. E será também a revolução proletária em nosso país que abrirá caminho à expropriação e expulsão de imperialistas e sionistas, ao julgamento dos crimes da burguesia com seus Tribunais Populares, pondo em pé um estado operário que fará da solidariedade internacionalista uma com os povos oprimidos uma política de Estado, ajudando na derrota de seus opressores e genocidas. ●

ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistaglor@proton.me
csm.roraima@gmail.com

Notas do PPRI



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista



ppri4.org



PPRI.PARTIDO

23 de abril de 2026 / nº 104

Perseguição e censura contra o Canal Mesa de Debates

O SIONISMO DESFECHA UMA CAMPANHA DE TERRORISMO IDEOLÓGICO E POLÍTICO PARA CALAR AS DENÚNCIAS DE GENOCÍDIO

O Canal Mesa de Debates, canal de informação e entrevistas que dá expressão às lutas operárias, dos trabalhadores, dos estudantes e da juventude oprimida, está sob ameaça de ver fechado seu canal no YouTube (@mesa_de_debates), e viu removido seu vídeo sobre a nova missão da Global Sumud Flotilha sob falsa alegação de apologia do “terrorismo”. Uma clara perseguição política por defender as ações em defesa do povo palestino e denunciar o genocídio perpetrado pelo estado sionista de Israel.

O ataque ao Canal Mesa de Debates é mais um elo da ofensiva do terrorismo ideológico que vem realizando os sionistas nosso país visando criminalizar e aterrorizar quem não compactua, não se vende e nem concilia com os métodos nazistas de Israel. Soma-se à lista de alvos dos sionistas junto de Breno Altman (Opera Mundi), Zé Maria (PSTU), Rawa Ashagheer (Samidoun), da Global Sumud Flotilha e das diversas organizações que denunciam o genocídio nas ruas, nas universidades, na mídia etc.

As ameaças, o terrorismo ideológico, as perseguições políticas, os diversos processos jurídicos e, mais recentemente, o PL 1424/2026, de Tábata Amaral, constituem um ataque às liberdades democráticas de livre organização, manifestação e opinião dos que lutam pelo fim do genocídio

palestino. Pretende-se assim legalizar e normalizar o “direito de Israel a existir” sobre a base da colonização, holocausto e limpeza étnica da população nativa da Palestina, e de cometer crimes raciais politicamente orientados.

Denunciamos a censura e nos solidarizamos com todos os membros do Canal Mesa de Debates. O trabalho que eles fazem demonstra-se importantíssimo para manter viva a luta e dar voz a todas/os que lutam ao lado dos palestinos. Devemos apoiar todos os meios e jornalistas que alçam sua voz e dão espaço para ser erguida a bandeira da libertação de todos os povos e nações das cadeias da opressão. ●

Enfrentar os ataques com a unidade na ação contra o sionismo e a solidariedade na luta comum! Abaixo a censura sionista! Combater os agentes políticos de Israel no Congresso e nas Instituições! Expulsar as organizações (CONIB etc.) e a embaixada sionista do país por intervir nos assuntos internos do país em qualidade de agentes estrangeiros! Que Lula rompa TODOS os acordos entre Brasil e Israel!

29 de abril de 2026 / nº 106

ABAIXO A CONDENAÇÃO DE ZÉ MARIA!

SOLIDARIEDADE A TODAS/OS QUE LUTAM PELO FIM DO GENOCÍDIO PALESTINO!

A Justiça burguesa se subordina à farsesca definição sionista sobre crimes raciais para instrumentalizar a censura ideológica e terrorismo jurídico contra os que defendem os palestinos e chamam a destruir um estado colonial e genocida!

O sionismo está prolificamente ativo na criminalização dos movimentos, organizações e figuras públicas e partidárias que denunciam o genocídio palestino. Como é o caso de Zé Maria, dirigente operário e do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). No dia 28/04, a 4ª Vara Criminal Federal o condenou a 2 anos de prisão em regime aberto por “crime de racismo”. O suposto crime de Zé Maria é defender a destruição de um estado artificial, colonial, racista e

genocida conhecido como Israel.

Quando a Justiça decide atacar e criminalizar militantes pró-Palestina não o faz em defesa do objetivo “nobre” de extirpar as odiosas manifestações de discriminação racial, nacional, religiosa ou étnica. O faz para avançar na restrição e destruição das liberdades democráticas de livre expressão e organização daqueles que denunciam, lutam e se organizam contra o genocídio de um povo oprimido. Não é por acaso que a justiça que condena Zé

Maria é a mesma que liberta policiais após cometerem massacres nas favelas, a mesma que favorece as empresas que destroem o meio-ambiente, a mesma que dá impunidade aos latifundiários e agroindustriais que praticam genocídio contra os povos originários e quilombolas etc.

Se bem não devemos abandonar o campo de nosso inimigo de classe, no caso a luta jurídica, mais do que nunca, essa deve estar subordinada à ação coletiva das massas que devem res-

→ ponder ao terrorismo ideológico e jurídico da burguesia e do sionismo com uma guerra contra suas propriedades, interesses e agentes políticos presentes no Estado, como Tábata Amaral. Quanto mais avancem os explorados e oprimidos em fazer greves, bloquear exportações e importações de e para Israel, em impedir o funcionamento de fábricas que enviam mercadorias a Israel, obrigando a Lula a romper relações entre Brasil e Israel, mais forte seremos para impor à justiça o fim dos processos e criminalização. Se os sionistas avançam é porque o governo Lula tem deixado livre o terreno com sua inação.

Trata-se agora de prestar toda a solidariedade a Zé Maria e todas/os as companheiras/os perseguidos pelo sionismo, denunciar o avanço fascista da Justiça burguesa que preten-

de normalizar o holocausto criminalizando os que decidem lutar contra o sionismo, e defender as liberdades democráticas de livre expressão e organização. E ainda que novas instâncias do judiciário acabem livrando Zé Maria dos absurdos jurídicos que lhe inventaram, é necessário ter consciência que somente a luta das massas com a luta de classes arrancará o dirigente operário das garras da justiça burguesa.

Não devemos recuar sob ameaças! Devemos repetir quantas vezes sejam necessárias as palavras de ordem que defendemos ato após ato, em nossos jornais e canais, em qualquer lugar que seja, para combater com todos os meios a nosso dispor a colonização, holocausto e limpeza étnica dos palestinos. E dizemos que sim se deve destruir o estado sionista e não deixar pedra sobre pedra des-

se estado que foi construído na base do extermínio de um povo. Destruir o estado sionista é a bandeira mais justa e humana de acordo com o real direito das massas palestinas a se autodeterminarem em seus territórios ancestrais, e resistir com todo a seu dispor para evitar seu desaparecimento nacional, cultural e físico.


Essa defesa é um dever moral dos socialistas e dos revolucionários. Nossa moral é definida pela luta emancipatória das massas oprimidas e não pela jurisprudência e legalidade de nossos inimigos construída sobre o genocídio dos povos. É moral, portanto, defender a resistência das massas oprimidas e gritar que só a destruição dos estados e regimes burgueses libertará finalmente os povos e nações oprimidas, lhes permitindo conquistar sua real autodeterminação. ●

03 de maio de 2026 / nº 108

LIBERDADE AOS ATIVISTAS DA GLOBAL SUMMUD FLOTILHA THIAGO AVILA E SAIF ABUKESHEK SEQUESTRADOS POR ISRAEL!

Os governos da Europa deixam os criminosos de guerra se deslocarem pelo Mar Mediterrâneo sem quaisquer consequências legais para sua ação terrorista!

Lula não dá um passo sequer para expulsar os diplomatas e funcionários das ONGs sionistas, que são cúmplices de raptar e torturar um cidadão brasileiro! Sem romper todas as relações, os sionistas continuarão agindo livremente em nosso país!

 O estado genocida e terrorista de Israel sequestrou centenas de membros da Global Sumud Flotilha em águas internacionais e territoriais da Grécia. O governo grego colaborou com essa ação terrorista ao não impedir e intimidar aos que foram liberados na ilha grega de Creta. Dois ativistas, o brasileiro Thiago Ávila e o palestino-espanhol Saif Abukeshek, foram levados até Israel e torturados. Pesa sobre eles a ameaça de processos por "cumplicidade" com o terrorismo e "atividades ilegais". No exato momento em que escrevemos esta nota, os companheiros iniciaram uma greve de fome.

A Global Sumud Flotilha, seus coordenadores e membros demonstraram muita coragem ao enfrentar não apenas a ameaça e intimidação fascista de Israel, como desafiaram com sua decisão de romper o cerco a Gaza à esmagadora maioria dos governos da Europa, que são cúmplices do genocídio. Sem essa cumplicidade seria impossível aos sionistas sequestrar pessoas e torturá-las, e agora prorrogar sua detenção ilegal sem qualquer condenação ou ação diplomática unitária pela sua libertação.

Nenhum direito e liberdade individual ou coletiva são respeitadas pelos sionistas. Só entendem a linguagem da força e da coerção. Infelizmente, nenhum governo, muito menos o

de Lula, faz nada para destruir os laços econômicos, políticos, diplomáticos ou de qualquer natureza com os genocidas. Eis porque avança a ofensiva e os processos contra organizações, jornalistas, canais de mídia, militantes e ativistas pro-Palestina em nosso país. Os nazi-sionistas se sentem livres para intimidar e ditar novas leis aos deputados direitistas e reacionários, como Tábata Amaral. Se não paramos esse terrorismo em escala mundial com a ação direta de massas, os sionistas continuarão agindo impunemente. ●

Exigimos a liberdade imediata de Thiago Ávila e Saif Abukeshek!

Solidariedade com a Global Sumud Flotilha!

Basta de cumplicidade do governo com a atividade dos terroristas em nosso país!

Expulsar os diplomatas e funcionários de ONGs israelenses de nosso país!

Reciprocidade imediata com a detenção e expulsão sumária de todos os israelenses que passeiam livremente no Brasil!

REVIRAVOLTAS NO TRATAMENTO DA ESCALA 6X1 NO CONGRESSO

Em fevereiro, o Congresso colocou em pauta de discussão das PEC 8/2025 de Erika Hilton (PSOL-SP) “que propõe o fim da Escala 6x1 e a aplicação da jornada de 4x3” e 36 horas semanais, e PEC 221/2019, de Reginaldo Lopes (PT-MG), que propõe a escala de 5x2 e 40 horas semanais, prevendo ainda “uma redução gradual para 36 horas semanais durante um período de 10 anos”. Somou-se aos dois projetos um terceiro de “urgência” de autoria do governo Lula. No dia 22/04, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou o relatório favorável à tramitação das PEC. Hugo Motta, presidente da Câmara de Deputados, aprovou o tratamento da Escala 6x1 em caráter de urgente, de forma que em maio poderia entrar em discussão no plenário para que em junho seja finalmente aprovada a lei.

“

(...) a oposição sai melhor preparada ao criar uma armadilha contra os petistas e aliados: “atrelar” o valor da hora trabalhada à jornada reduzida, proporcional ao salário mínimo nacional ou da categoria. De forma a que se aprovada nos moldes impostos pela direita, caso o governo não tenha força de torcer essa discussão, será obrigado a defender como vitória uma redução de jornada com redução de salários. ■

A intervenção direta do governo significava a retirada da PEC 8/2025 de Hilton, e a retomada dos fundamentos da PEC 221/2019, desta vez impulsionada pelo governo para impor pressão sobre o Congresso. Objetiva-se a deixar a Lula colher o “fruto da vitória” de sua aprovação para sua campanha para a reeleição. Segundo a Folha de São Paulo, “A redução da jornada de trabalho semanal é uma das apostas do governo para melhorar a popularidade do presidente ... em ano eleitoral”. Antes de enviar seu projeto, Lula

informou a Hugo Motta (Republicanos), presidente da Câmara de Deputados, que pretendia apenas ter um gesto simbólico, mas que iria deixar o Congresso decidir seu tratamento. Motta disse em coletiva de imprensa que continuará com a tramitação por meio de PEC, deixando de um lado o de Lula.

É nesse quadro de “toma lá, dá cá” que a oposição direitista e bolsonarista aceitou tratar a PEC, mas proporá na sua discussão a modificação de aspectos visando a sua “progressividade” ou “transição” “estendendo por anos” a redução da escala e, sobretudo, procurando o favorecimento dos empresários com a flexibilização dos contratos de trabalho, obrigar o governo a subsidiar as empresas afetadas, avançar à contratação de trabalhadores fora da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), um regime flexível de horas e remuneração proporcional à hora trabalhada etc. Manobras que poderiam vingar pelo fato de que estaria “amparada” em outra PEC de 2025 apresentada pela direita junto do “Centrão”.

Sendo uma PEC, está excluída a possibilidade de Lula vetar o engendro que vier a nascer desse choque de interesses políticos no Congresso. Lula tampouco vai chamar os assalariados a impor com a luta de classes a PEC do PSOL ou PT porque isso lhe retiraria apoio eleitoral de um setor burguês do qual precisa para sua reeleição. Enquanto isso, a oposição sai melhor preparada ao criar uma armadilha contra os petistas e aliados: “atrelar” o valor da hora trabalhada à jornada reduzida, proporcional ao salário mínimo nacional ou da categoria. De forma a que se aprovada nos moldes impostos pela direita, caso o governo não tenha força de torcer essa discussão, será obrigado a defender como vitória uma redução de jornada com redução de salários. A manobra de Motta mais acima referida deixou claro quanto a reeleição de Lula é ameaçada pela mesma base da frente ampla burguesa consolidada no Parlamento.

Aos assalariados importa saber que a pauta do Fim da Escala 6x1 virou campo de manobras eleitorais e de pressões econômicas que vão definir o futuro da lei. A armadilha para os assalariados

reside em que se bem, “em princípio”, a direita e ultradireita não se opõem ao tratamento de uma PEC (porque isso reduziria seu caudal eleitoral) já que, segundo pesquisa do Datafolha, “71% dos brasileiros apoiam a proposta de acabar com a jornada de trabalho 6x1”, não vai se atender os interesses dos assalariados. Se aprovada a jornada de 40 horas, se imporá um retrocesso ao projeto de 4x3 e 36 horas que surgiu do movimento dos trabalhadores nas ruas. Isso não significa desconhecer que ainda assim será vista como positiva para quem é esmagado pelas jornadas estafantes. A armadilha é que virá acompanhada da precarização, da terceirização, de contratos temporários e da real redução salarial, que irá se estender a quase todas as áreas da economia nacional e, particularmente, sobre o funcionalismo público.

Uma vitória real e concreta para as massas seria a redução da jornada combinada à distribuição das horas trabalhadas entre desempregados, sem reduzir os salários. Seria impor a redução da jornada sobre a base de um salário mínimo equivalente ao do DIEESE e reajustado automaticamente pela inflação. Ou seja, seria produto de uma aberta modificando a guerra civil pela apropriação da mais-valia em favor dos assalariados. Mas, isso só poderia acontecer se o movimento mantivesse sua independência de classe e não deixasse ser confiscada sua luta pelos parlamentares pequeno-burgueses que pretendem viver como parasitas do estado se apresentando como “salvadores” dando pequenas migalhas - enquanto os capitalistas continuam enriquecendo à custa de sua miséria. O que exigiria convocar as assembleias e plenárias para organizar os atos de rua e às greves, portanto, romper com a paralisia e conciliação de classes das direções sindicais subordinadas ao governo Lula. Isto é, combatendo sob um plano de reivindicações vitais e transicionais o que abriria uma via à “intervenção unitária e radicalizada dos explorados” e lhes ensinaria a confiar em suas próprias forças, abrindo o caminho da luta de classes que os aproxima “da estratégia da revolução e ditadura proletária” (citações do OI n° 37, de março). ●

Entregadores e motoristas impuseram um recuo ao Congresso com sua ação coletiva nacional, obrigando a retirar o PLP 152 da pauta da Comissão do Congresso

Entregadores e motoristas decidiram agir contra o avanço do PLP 152/25, que visa regulamentar o regime de trabalho por plataformas digitais, e que havia sido aprovado na Comissão Especial do Congresso com ajuda do governo (ver “Lula, Boulos e burocracias sindicais não defenderam o PL 2479 protocolado pelos trabalhadores por aplicativos...”, nota publicada no OI nº 38, abril de 2026). Mobilizando dezenas de milhares de trabalhadores por todo o país, marcharam em Brasília no dia 14/04, e cercaram no Congresso o Deputado Coutinho (Republicanos-PE), relator do PLP, obrigando-o a retirar o PLP.

A retirada do PLP 152/25 que abria caminho a garantir os lucros aos empresários, rebaixando ganhos e estendendo a precarização trabalhista, foi uma vitória dos trabalhadores por aplicativos. Se bem a decisão de recorrer à ação direta coletiva foi o elemento determinante no recuo do deputado ultradireitista, tampouco se pode desconhecer que a manobra teve por objetivo não colocar em pauta uma votação muito rejeitada em um ano de eleições burguesas. É também uma derrota do governo de frente ampla burguesa de Lula, uma vez que esse agente burguês tinha se negado ao apoiar o PL apresentado pelos trabalhadores (PL 2479/25) e abandonou o projeto de Boulos (PL 2479/2025) para passar a apoiar o projeto direitista visando que viria criar uma

nova figura trabalhista, a do “trabalhador autônomo plataforma”, que legalizaria a precarização trabalhista e estenderá “o uso do controle do processo de trabalho por algoritmos, determinando ritmo e remuneração pela intensidade da jornada de trabalho, além de uma previdência ajustada a essas condições precarizadas”. Regime esse que poderia servir de “modelo para outras categorias que adotam plataformas” (citações do OI nº 38).

Com a mobilização e ação direta, os trabalhadores demonstraram que é possível obter uma vitória parcial e, pelo menos evitar um ataque duríssimo imediatamente. Souberam ainda aproveitar a disputa eleitoral para usar a luta de classes a seu favor. Mas, terão que estar alertas porque, passadas as eleições, poderá retornar o PLP e, finalmente, ser aprovado. Qualquer que seja o governo eleito, irá impulsionar sua aprovação sob pressão das empresas. Nesse sentido, devem rejeitar qualquer promessa ou enrolação eleitoral de Lula que, assim como fez com o Decreto 12.600/2025, que autorizava a privatização dos rios Tapajós, Tocantins e Madeira, vai posar de “interessado” nas pautas dos povos originários e trabalhadores apenas como manobra de campanha eleitoral, para ganhar apoio eleitoral, para logo voltar com mais ataques uma vez reeleito, como fez em todas suas anteriores presidências.

Para não serem pegos de surpresa, os trabalhadores

devem continuar organizados, discutindo medidas de ação direta e organizando uma luta nacional e unificada para impor suas reivindicações e exigências pela via da luta de classes. Nada de esperar até o próximo governo, é agora o momento de continuar a luta e que se ponha em pauta e se aprove no Congresso, de forma imediata, o PL 2479/25 que foi elaborado e discutido pela categoria. Se bem esse não incorpora todas as necessidades e direitos, é o que os trabalhadores decidiram apresentar e defender. Ao invés de desmobilizar, os trabalhadores têm que aproveitar o recuo do governo e do Congresso para impor com a luta de classes seu projeto goela abaixo desses agentes da burguesia e dos capitalistas. ●

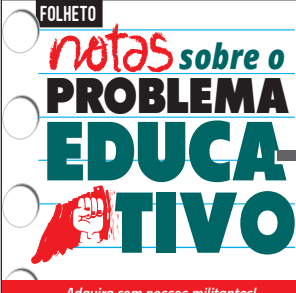
”

...

Com a mobilização e ação direta, os trabalhadores demonstraram que é possível obter uma vitória parcial e, pelo menos, evitar um ataque duríssimo imediatamente. Souberam ainda aproveitar a disputa eleitoral para usar a luta de classes a seu favor. Mas, terão que estar alertas porque, passadas as eleições, poderá retornar o PLP e, finalmente, ser aprovado. —

FOLHETO

notas sobre o
PROBLEMA EDUCATIVO



Adquira com nossos militantes!

FOLHETO **NOVO!**

Balanco do **XXVIII CONGRESSO da APEOESP**

Burocracia avança no autoritarismo e nas traições para reeleger Lula

dezembro de 2025

Adquira com nossos militantes!

FOLHETO

PARA ONDE marxismo » » revisionismo VAI O CERQUI

Adquira com nossos militantes!

PATRONAL INTERFERE PELO 2º ANO CONSECUTIVO NA CAMPANHA SALARIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO, IMPONDO SUA PROPOSTA AO SINDICATO

Conforme nota apresentada no OI 38, os servidores públicos do Município de São Sebastião iniciaram no final do mês de fevereiro sua campanha salarial. A campanha se estendeu por todo o mês de março e parte de abril. Conforme aprovado na assembleia do dia 17 de março, a paralisação do dia 10 de abril começou com uma “atrasadinha” às 6 horas da manhã na garagem do Varadouro, região central da cidade, que reúne trabalhadores dos mais diversos setores, como pintores, braçais, motoristas, calceteiros, marceneiros, mecânicos, eletricitistas, etc. A concentração do ato se deu neste local a pedido de uma das lideranças dos trabalhadores da própria garagem, afirmando em assembleia que se àquela repartição para, a cidade para junto. O encaminhamento do trabalhador foi atendido, contudo os trabalhadores da garagem (incluindo o servidor que fez a proposta) não se dispuseram a sair em caminhada juntamente com os demais trabalhadores e a direção sindical para a passeata até o paço municipal. Tal indisposição enfraqueceu o movimento e refletiu a submissão desse setor aos desmandos de suas chefias, assédio e perseguições, como também evidenciou os possíveis alinhamentos com a patronal em torno da continuidade das tratativas para hipotético reenquadramento funcional, e produto do atraso político em que afundaram parte dos trabalhadores.

Durante a caminhada, o movimento percorreu parte da rodovia Rio-Santos e o contorno da Tamoios, fazendo uma parada em frente ao porto, saudando o trabalho deste setor e denunciando a precarização dos trabalhos, terceirização e privatização da área portuária do município, expondo que em linhas gerais padecemos de problemas semelhantes no tocante a manutenção do emprego e sobrevivência, bem como a necessidade da unificação de nossas pautas em um movimento maior que una as categorias em um dia de lutas de todos os explorados contra seus ex-

ploradores. O movimento passou em frente à Secretaria Municipal de Educação - SEDUC, onde foram feitas falas em torno das pautas da educação que ferem os trabalhadores deste setor no município, como a atribuição de aulas com editais que não condizem com o número de aulas/salas realmente disponíveis, a falta de materiais básicos nas unidades escolares, a falta de água em turnos inteiros, a perseguição aos professores contratados, o avanço da escola de tempo integral, a militarização das escolas municipais e às terceirização de setores da educação infantil e apoio escolar.

Em frente ao paço municipal o microfone foi aberto as falas, contudo os 4 minutos colocados pela burocracia sindical não eram respeitados por eles mesmos que estendiam suas falas por muito mais tempo e aceleravam as falas dos membros da Frente Combativa e simpatizantes da oposição. Isto se deve ao fato da oposição chamar a continuidade do movimento e defender as reivindicações que permitam projetar o movimento por meio da luta de classes. Após as falas, a direção encaminhou as propostas para a votação dos mobilizados, onde inicialmente foram apresentadas três propostas: 1) Assembleia no dia 13 de abril após mesa de negociação com o prefeito e nova paralisação no dia 14 caso a contraproposta não fosse aceita - proposta da direção majoritária (Revolução Socialista - Unidos pra Lutar); 2) Assembleia no dia 13 de abril após mesa de negociação com o prefeito e a continuidade da paralisação/greve por tempo indeterminado - proposta da direção minoritária (POR); 3) Assembleia no dia 13 de abril após mesa de negociação com o prefeito, que seja formada uma comissão com os servidores interessados a acompanhar a negociação entre sindicato e patronal, e nova paralisação para o dia 06 de maio, caso a contraproposta não fosse aceita - proposta da Frente Combativa (PPRI, OSL e independentes). Contudo, as propostas da direção sindical se unificaram, ficando a proposta da direção

majoritária e a da Frente Combativa para serem aprovadas pela categoria. Houve consenso sobre a formação da comissão de negociação, bem como de nova assembleia após reunião com o prefeito, contudo, apesar do histórico frágil de mobilização dos trabalhadores para as paralisações, a proposta da direção sindical venceu. Após a assembleia, nova passeata foi feita pela avenida principal da cidade até a Câmara Municipal, onde a data da assembleia foi reajustada para o dia 15 de abril a pedido dos docentes, devido ao choque com os HTPCs.

ASSÉDIO E DESMORALIZAÇÃO DO ORGANISMO CLASSISTA MARCARAM A REUNIÃO COM A PATRONAL.

A reunião entre a comissão de negociação e o prefeito ocorreu no dia 13 de abril, e compareceram representantes dos trabalhadores da garagem e da educação, bem como a presidente e dois membros da chapa eleita. A reunião começou com 45 minutos de atraso por parte do prefeito e teve a duração de aproximadamente meia hora. O prefeito em vários momentos agiu de forma desrespeitosa com a pauta dos trabalhadores, apontando que as reivindicações eram abusivas (a base aprovou 20% de reajuste nos salários), tentou desqualificar o trabalho sindical dizendo que não haviam elementos técnicos para o que estava sendo exigido, sempre em tom autoritário e intencionalmente provocativo deixando a negociação tensa a cada novo ponto da pauta. Conseguimos atuar apontando os problemas da educação e setores da saúde. Durante uma fala, o prefeito expôs o que parte dos servidores já sabiam: que ele é filho de sindicalista que “atua” há trinta anos, ocultando que o pai, dirigente sindical no porto de São Sebastião, é um dos principais personagens pela ausência de lutas desses trabalhadores e que estrangulou quase que por completo a democracia sindical; ao mesmo tempo, confirma a tese de que sabe os caminhos da burocracia para atuar enterrando os movimentos, agora no papel de patrão.

Durante sua explanação e contrapartida, o prefeito propôs aos presentes o reajuste do período com base na inflação e a atualização dos vales, sendo 10% para o VA e 5% para o VR. Afirmou que a reforma administrativa municipal está em vias de conclusão de estudos e se direcionou aos trabalhadores da garagem afirmando que a adequação de nível e faixa (promessa antiga de gestões anteriores) seria atendida e que estava em estudo para a aplicação, escancarando o alinhamento entre patronal com um interesse corporativo deste setor dos servidores que lhe permitisse criar uma divisão no interior da categoria, e facilitar a aprovação da proposta do prefeito na próxima assembleia. A direção sindical, apesar de apresentar as pautas aprovadas pela categoria, não apresentou contrapropostas e elementos que pudessem fortalecer as reivindicações e arrancar o que foi aprovado pela base, solicitando apenas que o prefeito registrasse e encaminhasse para o sindicato sua contraproposta.

A direção sindical procurou os membros da Frente Combativa presentes para alinhar os próximos passos à partir dali, e num primeiro momento acreditávamos se tratar da intenção de combater o que já estava dado: a reprise da campanha de 2025 onde a prefeitura interveio diretamente no sindicato usando os trabalhadores mais precarizados para encerrar a campanha salarial. Após debate interno na Frente Combativa, houve uma reunião com a direção para alinhar a atuação conjunta na assembleia pela defesa das reivindicações já votadas anteriormente, mas que foi remodelada pela direção, não aceitando nossas propostas de garantia da máxima democracia sindical, conformação da mesa com as forças presentes, e defesa intransigente da independência de classes e continuidade da campanha salarial; a negativa da R.S./Unidos Pra Lutar impediu a atuação conjunta perante a base para frear a manobra da prefeitura. Apesar dos percalços, atuamos fazendo pequenos comandos nas bases, panfletagem e divulgação nas redes sociais para que os trabalhadores comparecerem à assembleia do dia 15/04 com o intuito de barrar a intervenção da patronal e reverter o quadro que se esboçava com o recuo da direção, que parecia favorável a aceitar a proposta

rebaixada e encerrar o movimento.

Conforme nosso prognóstico, em uma assembleia totalmente controlada pela burocracia sindical de esquerda, a proposta da patronal, pelo segundo ano consecutivo, foi aprovada por 66 votos a favor e 46 contra. Diferentemente de 2025, houve uma diferença menor entre os votos, contudo não o suficiente para barrar a contraproposta e caminhar para uma segunda etapa da campanha. Avaliamos que essa diferença se deu devido à influência da direção em um setor da base mais atrasada, ao curto tempo para fazer o trabalho de base, ao histórico de atraso que o funcionalismo do município possui e ao refluxo das lutas de modo mais geral que se intensificam com a ausência do trabalho de base constante da direção sindical majoritária com tendências à conciliação de classe. Os votos em defesa da pauta aprovada pela assembleia e contra a aceitação da proposta rebaixada da patronal, mostram que há a desconfiança da base com a direção sindical que oscila e, apesar de em suas defesas dizer que está ao lado dos servidores, age em benefício próprio ao evitar o atrito com a patronal e o setor dos trabalhadores que estão alinhados com a política do prefeito, travando a luta e abrindo caminho para intervenções como as que estamos acompanhando. Dizendo que a vontade da maioria se fez, sem sequer analisar a que preço essa vontade acontece e os riscos que o organismo de classe dos trabalhadores corre. Destaca-se que a direção majoritária quis se esquivar de futuras críticas da oposição, de um lado, a exemplo do ano passado, quando tomou a proposta do patrão e a defendeu como sua, e de outro lado, de maneira sorrateira e oportunista, evitou choques com as parcelas mais atrasadas da base, aparecendo na última assembleia desta campanha salarial sem encaminhar e defender nenhuma proposta, ou seja, se omitindo e contribuindo ainda mais para o avanço patronal sobre o sindicato e mantendo o atraso político de uma parcela dos trabalhadores.

**DIREÇÃO MAJORITÁRIA DO SINDSERV
DISTORCE CAMPANHA SALARIAL NO 1º DE
MAIO EM SÃO PAULO**

Após a derrota da campanha salarial sofrida pelos servidores mu-

nicipais de São Sebastião, através da intervenção direta da patronal junto aos setores mais precarizados dos trabalhadores, o vice-presidente do sindicato fez um pronunciamento no 1º de Maio organizado pela CONLUTAS na Praça da República em São Paulo afirmando que “Com muita luta conseguimos arrancar 5%, mais 10% de VA e 5% de VR lá no Litoral Norte”, complementa sua fala dizendo que tais valores fazem parte do arrocho salarial imposto pelos governos e que “estaremos nas ruas contra o desmonte dos serviços públicos”. Falácia!

Conforme relatado acima, no informe sobre a campanha, nada foi conquistado com luta, uma vez que “a categoria acatou” a proposta da patronal a iniciativa da direção da qual o burocrata de esquerda faz parte. Novamente a direção majoritária do SindServ se oportuniza das migalhas concedidas pela patronal, tratando essa vergonha como conquista da categoria e agindo em seu discurso inflamado como lideranças dispostas a radicalização da luta, para tentar tirar crédito político em atos públicos. A verdade é uma só: A direção acatou a proposta da patronal e a tomou como sua para não se chocar com um setor da base, o que está claro na fala do diretor sindical que se apropria dessa afronta aos trabalhadores e a toma para si, como vitória. Isso demonstra que a oposição classista e combativa que se organiza na Frente Combativa, tem por tarefa avançar nos eu trabalho de conscientização, formação e elevação política da categoria, para em algum momento recuperar o sindicato dos burocratas de esquerda que se negam a defender até o fim o seus assalariados perante seus patrões. A essa tarefa estratégica o PPRI dedica todos os seus esforços. ●

FOLHETO

**Para o
TRABALHO
REVOLU-
CIONÁRIO
nos SINDICATOS
e demais organizações de massas**

Adquirá com nossos militantes!

SindCaraguatatuba participa de seu primeiro congresso sindical de Central Sindical e **se coloca claramente na defesa da democracia operária**, contra os desmandos burocráticos do bloco majoritário da CSP-Conlutas.

As propostas de alteração do estatuto aprovadas pelo PSTU comprovam o aceleração da burocratização da central e de aproximação entre centristas e reformistas nos métodos e táticas

Desde janeiro de 2026 o PPRI, que compõe a direção minoritária do novo sindicato de servidores públicos municipais de Caraguatatuba-SP, engajou-se na tarefa de fazer com que o jovem sindicato – ainda em construção, com menos de dois anos de existência – participasse do 6º Congresso da CSP-Conlutas. Entendíamos a participação de um jovem sindicato, com uma diretoria inexperiente, e tendo como base servidores públicos que estão construindo agora um histórico de luta, como essencial para dar ao sindicato como um todo uma experiência que permitisse dar grande salto qualitativo. Passada a atividade, o prognóstico demonstrou-se correto.

Desde o início, o PPRI foi o principal responsável por disputar ao interior da diretoria e da base acerca da importância da participação de uma atividade como essa e organizar a assembleia de eleição de delegados de base de forma virtual. Mesmo com todos os limites e dificuldades impostos, foram eleitos cinco delegados, sendo dois da base e três da direção, tendo o PPRI um dos delegados eleitos pela direção. Na assembleia do sindicato, foi aprovada a tese proposta pela CSM-GL e organizamos os delegados para debaterem-na e defenderem-na.

Durante o congresso, no momento de balanço no GT, o PPRI afirmou que o saldo dos últimos vinte anos, desde a criação da CSP-Conlutas, foi mais negativo do que positivo, pois esta nasceu já sob o signo do divisionismo e não logrou em trazer a grande massa dos trabalhadores organizados para sua órbita. Aliás, a cada novo congresso, o número de delegados caem e o número de sindicatos filiados, também. Propusemos, como resolução, que os sindicatos filiados e partidos ligados à Conlutas criassem frações revolucionárias dentro das centrais e sindicatos burocratizados, como forma de disputar estes trabalhadores para um programa político realmente revolucionário, e desse modo abrir caminho a unificação sobre a base da democracia operária e do programa classista. Obviamente, dado o avanço da burocratização da central e os interesses partidários do PSTU e aliados que controlam o aparato da Central e o usam para seus interesses, esta proposta foi prontamente derrotada.

Todavia, o momento mais elevado da participação do Sindcaraguatatuba e do PPRI foi durante a plenária na discussão a respeito da alteração do estatuto da entidade. Havia apenas duas propostas: a do bloco majoritário (PSTU) e a do Sindcaraguatatuba (CSM-GL). A primeira propunha a alteração da realização do congresso de dois em dois anos para três em três e (ainda mais grave) que a Executiva Nacional pudesse alterar resoluções e normas entre congressos, apenas com a orientação da coordenação nacional, ou seja, de cima para baixo e sem a participação das bases, passando por cima do máximo órgão deliberativo e executivo: o Congresso. A nossa, ao contrário, propunha que qualquer alteração de normas, resoluções e estatuto, necessitasse primeiro ser discutida entre as bases e que houvesse um congresso extraordinário

após seis meses de discussão.

Denunciamos na plenária a manobra burocrática a qual terá como resultado apenas a corrosão da democracia operária no interior da central, alienando as bases dos debates mais importantes no fluxo da luta de classes. A respeito da mudança do calendário de congressos, o próprio bloco majoritário não teve nem o pudor de esconder que a razão era financeira porque a organização de Congressos é onerosa e se necessita do dinheiro para as campanhas eleitorais, isto é, a submissão da luta de classes ao eleitoralismo típico dos centristas. Há de se notar que todas as oposições (POR, MPR, CST, MRT, Unido pra Lutar, LSR, entre outras), se bem denunciaram a manobra da mudança do calendário e estatutos, calaram sobre a possibilidade de alterações entre congressos de cima para baixo. Na hora da votação, o PSTU votou em sua tese, e as oposições se abstiveram.

Fazemos nesta nota inicial, portanto, dois balanços rápidos do congresso. O primeiro é que a participação do SindCaraguatatuba foi totalmente acertada, afinal o pequeno e jovem sindicato, também graças à atuação do PPRI, denunciou o aprofundamento da burocratização da Conlutas e, ao mesmo tempo, escancarou o oportunismo das oposições ditas marxistas que nada fizeram na prática para evitá-lo. O segundo é que, no que concerne à Conlutas, a caracterização do seu percurso é evidente: no aniversário de vinte anos de central que nasceu de fraturar a unidade dos trabalhadores para criar um aparato ao serviço do PSTU, ela está menor, menos capaz de disputar a direção e a consciência da esmagadora maioria das massas assalariadas que ainda se organizam nas principais Centrais e, cada vez, está mais parecida em sua centralização burocrática e na erosão da democracia operária com essas centrais. ●

FOLHETO

Para o
TRABALHO
REVOLU-
CIONÁRIO
nos SINDICATOS
e demais organizações de massas

Adquirir com nossos militantes!



DIANTE DO AVANÇO DOS ATAQUES ÀS CONDIÇÕES DE VIDA DAS MASSAS, SOCIALISMO OU BARBÁRIE NUNCA FEZ TANTO SENTIDO.

***Ataques aos direitos, terceirizações, ajuste fiscal e congelamento
de salários tudo que o capitalismo pode oferecer***

QUE O CONGRESSO DA CSP-CONLUTAS TERMINE COM UM PLANO DE LUTAS CALCADO NOS MÉTODOS DA LUTA DE CLASSES, PROVADOS HISTORICAMENTE.

Passado o primeiro quartel do século XXI, defrontamos com um cenário de profunda crise. As guerras regionais se intensificam; genocídios são transmitidos em tempo real; posições obscurantistas, aparentemente superadas, retornam com muita força; o colapso ambiental leva situações climáticas extremas; as massas são cada vez mais atacadas em suas condições de vida, tanto em sentido objetivo, quanto em sua subjetividade: Sentimo-nos cada mais adoecidos física e mentalmente e tudo, aparentemente, parece apontar para um beco sem saída. É apenas isso que o capitalismo tardio, cada vez mais putrefato, nos pode oferecer: barbárie e destruição. O imperialismo decadente deste século arrasta toda a humanidade para a autodestruição.

Há alternativa a este cenário? A esquerda hegemônica no mundo, reformista e democratizante, cada vez mais direitizada e domesticada pelo imperialismo, nem mais reformas conseguem oferecer, retiram todas aquelas concedidas em algum momento e dizem somente que é preciso defender o que já existe para não vir “algo pior”. Esta esquerda abandonou (se é que algum dia a adotou) qualquer perspectiva de superação através dos métodos e táticas já historicamente testados, isto é, o marxismo-leninismo e sua continuidade, o trotskismo.

Trazendo para a realidade mais concreta do cotidiano, a relação que podemos fazer com o atual governo brasileiro é evidente. O governo Lula-Alckmin é claramente um governo de ataque às massas. Não tem nada a entregar a estas, a não ser destruição de direitos e piora das condições de vida. Como se não bastasse, este mesmo governo impõe sobre os sindicatos e movimentos sociais – instrumento de luta dos explorados – uma burocracia parasitária que nada faz, a não ser conter o ímpeto das massas e desviar esse anseio instintivo para caminhos que levaram ao enterro das lutas.

Neste momento se esclarece a importância de uma luta unitária, sob uma política classista, pela unificação do movimento operário e dos trabalhadores sob um programa comum de defesa das reivindicações gerais (aumento salarial, redução de jornada sem redução salarial, defesa incondicional do emprego, etc). É necessário uma central única para superar o divisionismo que está na base do fortalecimento de burocracias governistas, estas que se unem à burguesia na defesa do governo burguês e se subordinam aos ataques desse pela questão eleitoral.

Contudo, o que temos visto é a CSP-Conlutas (nascida já sob a lógica divisionista ao sair da CUT abandonar a maioria da classe operária à política burguesa e de conciliação de classe), não se diferenciando fundamentalmente de outras centrais. Peguemos o exemplo de um dos maiores e mais relevantes sindicatos do Brasil, filiado à Conlutas, Sindmetal-SJC. Sua prática acaba se submetendo ao inimigo de classe ao negociar melhores condições de PDVs (como nos casos da Embraer e da GM em 2020), ao invés de defender incondicionalmente o emprego; canalizando a luta por via jurídico-parlamentar, esperando que algum político

burguês se compadeça da situação dos operários. O caso da Avibrás agora em 2026 também é sintomático: os 1280 dias de greve fizeram seus trabalhadores arrancarem conquistas essenciais - o pagamento dos salários e a possibilidade concreta de retomada da produção - demonstrando, na prática, que a mobilização é capaz de alterar os rumos da empresa e impedir sua destruição. É a partir dessa vitória que se fortalece a perspectiva estratégica: a estatização da Avibrás, sem indenização aos acionistas e sob controle dos trabalhadores. No entanto, no acordo assinado pelo sindicato aceita-se a demissão de quatrocentos funcionários. O que acontecerá com os quatrocentos trabalhadores que não serão recontratados neste plano assinado pelo sindicato? O sindicato diz que o horizonte estratégico é de estatização e controle operário da empresa, mas para quando? Sem uma verdadeira política de independência de classe e sem uma defesa do programa histórico (como a defesa incondicional do emprego), não será possível superar os retrocessos impostos pela burguesia.

No plano internacional, a LIT-QI, à qual é filiada a Conlutas e PSTU, têm posições historicamente problemáticas, para dizer o mínimo. A LIT defende veementemente “revoluções coloridas” e derubadas de regimes, em favor de um ideal de democracia burguesa em abstrato. Para citar os exemplos mais recentes temos Venezuela e Irã. Diante de dois países oprimidos, pressionados pelo imperialismo norte-americano, colocaram-se até a véspera da queda do regime nacionalista-burguês de Maduro e do regime nacionalista-burguês de feições teocráticas no Irã, regimes esses que, com todos os seus limites, chocavam-se com o imperialismo. Ao ataque deste a estes países, dizem de maneira oportunista e cínica, de um lado, “defender as nações oprimidas” e “pela autodeterminação dos povos”, e dizem, de outro, “não estarem ao lado do governo nacionalista burguês, nem dos EUA/Israel”. Ora, Isto é colocar-se na mesma trincheira do Imperialismo, ainda que a intenção proclamada seja o oposto. Defendemos incondicionalmente a defesa da nação oprimida sob ataque, ainda que conjunturalmente seja necessário cavarmos trincheira ao lado de seu governo em choque com o imperialismo. Defendemos, portanto, uma Frente Única Anti-imperialista, arregimentando diversos grupos que se chocam com o imperialismo, abrindo assim a possibilidade histórica para que este seja derrotado.

O que fazer, portanto? É necessário que saíamos deste congresso consciente da tarefa hercúlea relacionada necessidade de responder à unidade dos governos e das burocracias majoritárias em se subordinar aos ataques e contrarreformas da burguesia em defesa da democracia burguesa, erguendo a tarefa de construir as oposições revolucionárias para varrer com as burocracias e proceder a unificação do movimento sindical por meio de um congresso de delegados de base votados nos locais de trabalho, eleitos e revogáveis, e apresentar um programa classista e revolucionário para a unificação em uma única Central Sindical. ●

Burocracia sindical da APEOESP fez de tudo para encaminhar o fim da greve

Nos dias 9 e 10 de abril, os professores da rede estadual de São Paulo foram convocados a aderir à greve de dois dias, chamada pela direção da APEOESP após se negar a organizar assembleias e chamar a greve imediata na defesa dos milhares de professores demitidos e adidos, sob a justificativa de que era necessário “construir a greve”. Os dias de mobilização de 9 e 10 de abril haviam sido aprovados na assembleia de 6 de março de 2026. A pauta de reivindicações incluía pontos centrais como: 1) o reajuste do piso nacional no salário-base, 2) a aplicação correta da jornada do piso salarial, 3) a retirada do PL 1316/2025 e 4) a reabertura das escolas de período noturno que estão sendo fechadas. Ao todo, a pauta contava com 12 reivindicações da categoria, que dificilmente serão atendidas pelo governo sem uma greve de grandes proporções que paralise as atividades.

Embora marcada por “tempo determinado”, a assembleia do dia 10 decidiria a continuidade ou o fim da mobilização uma vez que, nos fatos, não havia greve. Pela manhã, ocorreu o CER (Conselho Estadual de Representantes), que define as posições a serem levadas para votação. Se bem as decisões do Conselho são submetidas à assembleia para aprovação ou rejeição, sempre a burocracia tenta cercar propostas contrárias a sua posição e encaminhamentos não aprovados no CER, que também podem ser apresentados à assembleia. É importante destacar ainda a presença combativa dos professores e alunos da Terra Indígena do Jaraguá, que denunciaram

os ataques sofridos pelas escolas das aldeias sob o governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Como ocorre rotineiramente, a burocracia decidiu, logo cedo, pelo fim da mobilização na primeira fala, propondo um novo calendário que se subordinava aos objetivos eleitorais, enquanto setores da oposição defenderam a aprovação imediata da greve. No entanto, a direção do sindicato insistiu na tese da “construção da greve” para, desse modo, impedir que se aprovasse greve efetiva como foi exigida por uma parcela importante da categoria.

A assembleia, realizada no vão livre do MASP, começou atrasada: estava marcada para às 16h, - iniciando meia hora depois, - com apresentações musicais, palavras de ordem em apoio à reeleição de Lula (PT) à presidência e de Haddad (PT) ao governo de SP. Ao invés de destacar palavras de ordem de luta, a direção já indicou que lhe importa apenas servir de palanque eleitoral. Aberta a assembleia, a diretoria celebrou uma suposta “vitória”: após reunião com a SEDUC, no dia 7 de abril, teria supostamente sido conquistado o fim do impedimento de participação nas atribuições de aulas para professores com desempenho “amarelo” ou “vermelho” nas avaliações de Tarcísio e Feder. Assim, já assinalaram que não haveria greve. Entretanto, os burocratas omitiram que a demissão de professores está intrinsecamente ligada ao fechamento do período noturno e ao avanço das Escolas de Tempo Integral (PEI), que possuem menos salas e docentes. Se há fal-

ta de aulas para atribuir, onde está então a vitória? Onde irão prestar concurso de atribuição os avaliados de forma negativa se não há aulas para todas/os? Trata-se de uma “vitória de Pirro” que apresenta como conquista o que, no conjunto, continua sendo uma derrota pelos milhares de demitidos, pelo fechamento de cursos e pela destruição das condições trabalhistas

Durante a defesa de posições, somente o Reviravolta (PSTU), POR, UICC (LOI, PPRI e independentes), LUTE e Movimento Luta de Classes (MRT) defenderam a continuidade imediata da greve. A posição refletia a necessidade de defender os direitos e reivindicações da categoria pela ação direta coletiva, e expressava as necessidades e anseios de um setor importante da base que exigia da burocracia, aos gritos, se aprovasse a greve.

A votação dos encaminhamentos ocorreu em dois blocos. No primeiro, entre a continuidade da greve e o calendário de lutas da burocracia (não greve): a segunda opção foi aprovada. No segundo bloco, para definir a data da próxima mobilização (28/04, 15/04 ou 15/05), venceu a proposta da direção (Chapa 1) para o dia 28/04. Comprovou-se que a burocracia conseguiu controlar o desfecho da assembleia e, mais uma vez, preparou o caminho para a derrota da categoria sem luta efetiva. É provável que o dia 28/04 na Alesp, seja finalmente o encerramento formal para qualquer luta da categoria, e assim abrir caminho ao uso do aparelho do sindicato para as campanhas eleitorais da frente ampla burguesa.

Importa assinalar à vanguarda e à categoria como um todo, que as falas durante a assembleia refletiram dois caminhos que são antagônicos e que servem a objetivos muito diferentes: 1) o da colaboração de classe com o governo direitista e de abortar (trair) a disposição e necessidades da categoria de lutar por suas reivindicações, e 2) o caminho da luta grevista dirigida contra o governo para impor as reivindicações com a luta de classes. Essa é a real oposição e antagonismo entre a falácia de “construir a greve” da burocracia que prepara a vitória do governo e a aprovação de uma greve imediata e efetiva para derrotar o governo e conquistar uma vitória dos assalariados. A política da direção é pro-patronal, o que se verifica na posição dos Conselheiros contrários à greve que usaram argumentos como o receio dos descontos salariais, que “um professor não pode perder cinco dias de salário no mês”, o que é terrorismo ideológico para impedir a greve. O caminho da luta de classes, que é o da real defesa das reivindicações e direitos que estão sendo retirados, ressaltando que 40% da categoria estava mobilizada no dia 10, o que demonstrava disposição para o embate.

Ao negar a necessidade da luta e empurrar o movimento para a disputa eleitoral e a pressão parlamentar, a direção não apenas conduz a categoria à derrota, mas rompe sua relação de classe e age, na prática, em defesa do governo, como um simples agente político de seus ditames contrários aos interesses da categoria. Com sua política de traição, ↑

→ é muito provável que o movimento possa perderá força até o dia 28/04. Mas, ainda existe disposição de luta em um setor da categoria e, por isso, devemos nos organizar na medida de nossas forças para que esse setor imponha a greve. O sindicato já canta vitória por pequenas alterações na reforma administrativa (PL 1316/2025) para impedir que isso possa acontecer. Comemoramos remendos e migalhas de um projeto que só poderia ser totalmente derrotado através da greve, e é por essa razão que devemos dar a luta nas bases até o final, sobretudo, quando no mesmo dia em que a Apeoesp se mobiliza haverá atos e assembleias do funcionalismo. Nesse sentido, devemos lutar pela unificação e pela aprovação das greves: uma greve em qualquer setor pode ajudar os setores que desejam a greve a se fortalecer contra as burocracias.

Mais uma vez, a experiência mostra a quem as direções traidoras servem: aos objetivos dos governos, e não das categorias. Trata-se de continuar a luta por varrer esses vendilhões da direção do sindicato e o recuperar para a independência política e para a luta de classes. Eis porque cabe à base diferenciar o sindicato, importante instrumento de luta, de sua direção burocrática, não baixar os braços e continuar lutando em defesa dos trabalhadores

EM DEFESA DA DEMOCRACIA BURGUESA APEOESP ADIA PARA 2027 AS ELEIÇÕES SINDICAIS

O desmonte da greve, a política de não convocar os comandos para impulsionar a nova “fase” da luta acabaram fazendo do dia 28 mais uma manobra para desmobilizar grande parte da categoria que queria lutar. A burocracia chamou de “vitória” a falta de quórum da Alesp

para debater o PL 1316/2025, que trata da Reforma Administrativa na Educação. Assim, foi encaminhado o encerramento da “luta” (que nunca começou) e, no CER do dia 06/05, foi enterrada qualquer perspectiva de luta deste ano.

Preocupada com a disputa acirrada entre Lula e o nº2 de Bolsonaro para o pleito deste ano, a burocracia venal usou de seu jurídico para “interpretar” o estatuto aprovado no congresso de 2025 para postergar as eleições sindicais que deveriam ocorrer neste ano. Em sua manobra teatral, para não demonstrar a fragilidade das relações estabelecidas dentro da chapa uma, os conselheiros expuseram suas defesas e divergências. Usando muito as palavras, tranquilidade, calma e sinceridade deixaram claro que a “democracia está correndo sério risco”. Apesar das divergências latentes dentro da chapa uma - entre realizar as eleições sindicais neste ano ou no próximo -, a defesa da manutenção do governo petista no poder e sua extensão para o Estadual foram o cerne do debate. Traindo mais uma vez a categoria ignoram que em defesa da democracia burguesa a operária/sindical está em risco, uma vez que se prolonga o mandato manchado por inúmeras traições à categoria.

Com a força do aparato a farsa foi apresentada ao Conselho Estadual de Representantes - CER, a burocracia retomou o “mantra” de que as tendências do fascismo devem ser combatidas nas urnas, elegendo Lula e Haddad. Ignora que historicamente essas tendências e o próprio fascismo foram combatidos e derrotados nas ruas, através da luta de classes. Contudo, é impossível realizar a luta de classes e erguer a categoria junto ao

conjunto dos demais trabalhadores e explorados sem a independência de classe, algo que a direção majoritária e aliados jamais abrirão mão. Com foco nas disputas inter-burguesas presentes nas eleições para presidente e governador, a direção sindical vira as costas para os trabalhadores que lutam diariamente contra as demissões, condições precárias de emprego e salário. No campo da conciliação de classes e em defesa da continuidade do governo burguês de Lula/Alckmin, a burocracia sindical abre espaço para o aprofundamento dos ataques à categoria ao burocratizar o sindicato e usá-lo como ferramenta e fermento das eleições institucionais.

Durante o CER atuamos com nosso boletim nº51 da Corrente Sindical Marxista Guillermo Lora, fizemos intervenções frentistas na construção da UICC denunciando o golpe orquestrado pela burocracia e a condução da luta para as eleições burguesas. Em campanhas defendemos unidade com os profissionais das universidades federais que há

dois meses estão em greve exigindo o cumprimento do acordo realizado com o governo federal, bem como com os servidores municipais de SP que se encontram paralisados. Por fim, encaminhamos nova assembleia com paralisação para o dia 15 de maio, em unidade com os servidores da rede municipal de SP.

Com a manobra de postergar as eleições sindicais, a submissão ao governo de turno e a defesa do calendário de lutas aprovado no último CER, a burocracia enterra a luta deste ano. Abandonando os mais de 40 mil professores demitidos, relegando os ativos ao adocimento que se aprofunda, aos assédios das gestões através da avaliação de desempenho e a aprovação da reforma administrativa que se desenha para a educação. Trai a categoria pela milésima vez direcionando seus esforços para as eleições burguesas.

Superar a direção burocrática da APEOESP através da luta de classes, em defesa da democracia operária/sindical é a tarefa que está colocada para a vanguarda. ●

ABAIXO A ELEIÇÃO ELETRÔNICA PROPOSTA PELA BUROCRACIA SINDICAL



Perita em aplicar golpes durante o período eleitoral, a burocracia sindical durante o CER do dia 10 de abril anunciou que possivelmente as eleições sindicais deste ano usarão a modalidade eletrônica. Historicamente, as eleições da APEOESP (como a de 2023) utilizaram urnas físicas e processos de apuração regional, conforme regimento eleitoral.

Repudiamos, veementemente, tal proposta; uma vez que dentro do próprio processo de urnas físicas experienciamos os estratégias de sumiço de urnas, impugnações descabidas, situações de violência e até mesmo negociações através da compra de votos conforme denúncias realizadas. O método virtual abrirá caminho para que o acompanhamento e lisura do processo seja mais difícil, oportunizando golpes contra a oposição que cada vez mais ganha força entre a categoria. ■

GREVE DO FUNCIONALISMO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Após uma série de manobras da burocracia da COEDUC (SINPEEM, SINESP e SEDIN) para adiar o início da campanha salarial, a greve só foi decretada a partir de 28 de abril, diante da apresentação por parte do governo de um “reajuste” de míseros 3,51%, índice abaixo da inflação do período, que é de 4,89%, e ainda parcelado em duas vezes, sendo 2% agora e 1,51% no próximo ano.

Antes da aprovação da greve, houve duas assembleias convocadas pela COEDUC, uma no dia 9/04 na prefeitura com aproximadamente 5 mil trabalhadores, ocasião em que a direção majoritária juntamente com a Oposição Unificada, que também compõe a direção, discursaram que ainda era preciso “construir a greve”, intensificando argumentos divisionistas. A outra assembleia ocorreu no dia 15/04, na SME, com aproximadamente 3 mil trabalhadores, número menor que a assembleia anterior, não por conta de ter diminuído a adesão nas escolas, mas em função do local com menor visibilidade e por desviar a pressão sob o executivo. Embora menor, esta assembleia estava mais radicalizada, enquanto a direção majoritária junto com a oposição unificada reproduzia o mesmo discurso da necessidade de continuar construindo a greve, a base gritava “Greve já” e mesmo com defesa única da direção de mais adiamento da greve, a categoria votou majoritariamente pela greve imediata, mas a direção manobrou mais uma vez anunciando o resultado contrário dando um golpe contra a posição majoritária da assembleia.

TT

...

O conteúdo do **PL 354/2026** dá novos passos na **política privatista de Nunes/ MDB**, já que para além da **manutenção do arrocho salarial, traz a transformação do cargo de PEI (Professor de Educação Infantil) em PEIF (Professor de educação infantil e ensino fundamental I)**, com o claro **objetivo de esvaziar os CEIs (Centros de Educação Infantil) finalizando o processo de privatização neste segmento da educação, por meio da política de conveniamento (parceria público-privada).**

Já o Fórum das entidades do Funcionalismo municipal, que já tinha realizado duas assembleias em março (16 e 30) não sustentou seu discurso de unidade e convocou a terceira assembleia para o dia 08/04, um dia antes da COEDUC, com a justificativa de que o governo faria nova reunião para devolutiva da pauta de reivindicações nesta data, demonstrando completa submissão ao calendário do governo, como já havíamos apontado no OI nº38. Na assembleia do dia 08 também revelou suas manobras burocráticas semelhante às da COEDUC, defendendo uma proposta de “estado de greve”, e quando a UICC defendeu que para ser consequente na defesa da unidade era necessário paralisar novamente no dia 09/4 para aprovar a greve em unidade com a educação municipal e estadual, recuaram ao perceber que nossa proposta foi bem aceita pela base presente e fizeram uma manobra para confundir a categoria, e encaminharam a votação com outro conteúdo diferente do que tinham defendido a princípio, como greve a partir de 16/4 e até lá ampliar a mobilização com os comandos de greve. Uma verdadeira falácia, pois não há comando de greve sem greve,

enquanto todos estão trabalhando, mas com o encaminhamento confuso foi aprovada a proposta das direções do fórum. Na assembleia do dia 16/4, em função da pressão da base pela unidade com a educação as direções do fórum também defenderam o dia 28/4, mas deixaram em aberto o horário da assembleia para antes fazer mais um apelo de unidade a COEDUC, que simplesmente a ignorou e um dia antes, sabendo que o fórum faria a assembleia antes, às 11h enquanto a COEDUC faria às 14h, a direção do SINPEEM já estacionou um enorme caminhão em frente a prefeitura para dificultar a assembleia do fórum.

É importante narrar todos os fatos que antecederam a greve para demonstrar as manobras burocráticas de ambas as direções do funcionalismo municipal, que fizeram de tudo para postergar a greve ou impedi-la. No dia 28/4, primeiro ocorreu a assembleia do Fórum, que claramente chegou a um acordo com o SINPEEM para retirar o carro de som da frente da prefeitura e em contrapartida se dispuseram a se retirar da frente da prefeitura antes da concentração da COEDUC. E assim ocorreu, exatamente às 12h30 o Fórum, conforme possível acordo, levou sua base para a frente da câmara municipal, onde finalizaram seu ato e realizaram sua assembleia, que novamente não aprovou a greve, convocando mais uma paralisação com indicativo de greve para o dia 05/05. Já a COEDUC, como já apontamos no início desse artigo, aprovou a greve no dia 28/4, com um discurso mais radicalizado por parte da direção, defendendo que era necessário continuar a pressão sob o executivo e que, portanto, era necessário tomar as ruas de São Paulo e não mais ficar preso a câmara municipal.


No dia 05/05 o governo encaminha para câmara de vereadores o PL do “reajuste” (354/2026), apresentando um índice ainda menor, de 3,48% juntamente com outros artigos que caracterizamos como complemento a reforma administrativa iniciada com a lei 18.221/24. Quando o PL chegou na

FOLHETO

notas sobre o

PROBLEMA

EDUCATIVO



Adquira com nossos militantes!

→ câmara, o fórum das entidades estava iniciando sua assembleia e em função do conteúdo do PL defende e aprova a greve, mas submete completamente o movimento grevista à pressão parlamentar em torno da tramitação do PL na câmara. De forma que todos os vereadores do chamado “campo progressista” (PT e PSOL) ganham espaço para discursar no caminho de som durante a assembleia. Ou seja, a greve do Fórum servirá especialmente aos objetivos da campanha eleitoral.

O conteúdo do PL 354/2026 dá novos passos na política privatista de Nunes/ MDB, já que para além da manutenção do arrocho salarial, traz a transformação do cargo de PEI (Professor de Educação Infantil) em PEIF (Professor de educação infantil e ensino fundamental I), com o claro objetivo de esvaziar os CEIs (Centros de Educação Infantil) finalizando o processo de privatização neste segmento da educação, por meio da política de conveniamento (parceria público-privada). Importante ressaltar que esse elemento da transformação do cargo de PEI em PEIF nasceu originalmente como PL 68/2017, de autoria do até então vereador Claudio Fonseca, o que denuncia possíveis acordos entre o governo e a direção do SINPEEM, tendo Claudio Fonseca como figura central neste processo. Neste momento, Claudio faz demagogia, tentando convencer a categoria que sua proposta e a do governo são diferentes. O fato é que para além do interesse do governo em completar o processo de privatização do atendimento dos bebês de 0 a 3, o cargo de PEI é o único na rede que tem garantido a maior remuneração salarial independente de ter classe/turma atribuída, pois tem jornada única de 30 horas, e por isso apenas os professores readaptados do CEI não perderam 33% do salário, como os demais professores readaptados das demais modalidades de ensino.

O PL 354/2026 é composto de outros elementos agravantes: 1) impõe mudanças nas etapas dos concursos, dificultando ainda mais o acesso aos cargos públicos, incluindo no processo além das etapas já existentes (provas objetivas, discursivas e prática) avaliação psicológica e curso de formação, sendo o curso de formação obrigatório e durante a formação os professores só recebem uma bolsa equivalente a 70% do salário; 2) Amplia as contratações temporárias e precarizadas de

20% para 30%; 3) Altera as regras da JEIF (Jornada integral de formação) para os professores readaptados, passando a permitir o ingresso na JEIF apenas para quem exercer funções de docência em projetos de sala de leitura, laboratório de informática, apoio pedagógico, suporte a educação especial. Na verdade, a lei 18.221/24 já previa esta restrição ao acesso a JEIF, o que o governo faz agora é reforçar esse aspecto modificando outra legislação em vigor, ou seja, busca ganhar força do ponto de vista legal para inclusive ter mais elementos para contornar os processos jurídicos impetrados pelos sindicatos.



A greve continua em ascenso, as visitas dos comandos de greve tem alcançado diariamente a ampliação do quadro de paralisação, mesmo sem nenhuma estrutura e organização dos sindicatos.

No dia 6/05, logo após grande manifestação realizada por mais de 10 mil grevistas, ocupando a avenida 23 de maio, o governo endurece ainda mais judicializando a greve, usando a mesma tática de intimidação de 2025, considerando o movimento abusivo e ilegal, determinando o retorno imediato dos grevistas ao trabalho. O TJ determinou que, para que a greve não seja considerada abusiva, cada escola deve manter 70% dos trabalhadores em atividade e marcou audiência de conciliação entre a COEDUC e o governo para a próxima quarta-feira, 13/05. A multa para os sindicatos, pelo descumprimento da sentença é de R\$ 10 mil por dia. Finalizada a ocupação da 23, os trabalhadores em assembleia decidem pela continuidade da greve e por nova assembleia no dia 13/05 na prefeitura sob o discurso radicalizado de Claudio Fonseca para continuar pressionando o executivo, enquanto o Fórum das entidades decide por novo ato no dia 12/05 para participar da audiência pública na Câmara de vereadores e no dia 13/05 para vigília na câmara para acompanhar a votação final do PL.

Portanto, na tentativa de fazer uma avaliação parcial da greve apresentamos algumas evidências/conclusões: 1) As burocracias sindicais conseguiram impor a divisão do funcionalismo, com greve começando em momentos diferentes bem como com assembleias e atos em dias, horários ou locais distin-

tos; 2) A COEDUC faz discurso demagógico para retirar o movimento grevista da pressão parlamentar na câmara, pela primeira vez, com o claro objetivo de continuar impondo o divisionismo e negociar em separado com o governo, além de Claudio tentar se descolar de um PL que também é de sua autoria, de forma que no dia 07/05, a COEDUC divulgou um vídeo informando que após a manifestação na 23 o governo chamou a COEDUC para nova negociação, demonstrando disposição para fazer mudanças no PL, mesmo depois de já ter sido aprovado em primeira instância; 3) Devemos ter clareza de que qualquer recuo do governo é consequência

da disposição de luta da categoria, demonstrada no alto índice de paralisação nas escolas e demais setores do funcionalismo e das manifestações de rua; 4) A greve continua em ascenso, as visitas dos comandos de greve tem alcançado diariamente a ampliação do quadro de paralisação, mesmo sem nenhuma estrutura e organização dos sindicatos.

Portanto, continuaremos atuando para fortalecer a greve, defendendo que a greve se potencialize por meio da aplicação dos métodos da ação direta (manifestações massivas, ocupações, etc) e da unidade do conjunto do funcionalismo em greve com comandos unificados e ações conjuntas de enfrentamento da classe com o governo privatista de Nunes, pois só com uma greve unificada e combativa é possível derrotar o PL 354/2026 e impor nossas reivindicações. ●

FOLHETO

A luta pela

INDEPENDÊNCIA

DE CLASSE

NOS SINDICATOS DE PROFESSORES
estaduais e municipais

Adquira com nossos militantes!

INDÍGENAS EM MOVIMENTO PROTAGONIZAM ENFRENTAMENTOS COM EMPRESAS CAPITALISTAS E AS INSTITUIÇÕES BURGUESAS

Concomitante, por um período, com a ocupação vitoriosa em defesa do Tapajós, Mulheres indígenas do médio Xingu ocuparam por 37 dias, desde 23 de fevereiro, o prédio da Funai em Altamira - PA, contra a licença da Belo Sun no Xingu, mineradora canadense, que quer reabrir a área de extração de ouro a céu aberto no Brasil, nas proximidades do território indígena. A empresa canadense tenta desde 2012 obter o licenciamento, cujo andamento passou por uma sequência de ações judiciais, obteve uma primeira concessão em 2017 pelo governo do Pará; mas foi interrompida por ação judicial, e agora em 13/02/26 obteve decisão liminar do desembargador federal Flávio Jardim, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), que restabeleceu a Licença de Instalação do empreendimento mineral.

A empresa mineradora é uma subsidiária brasileira controlada pelo banco Forbes & Manhattan, do Canadá, que desenvolve projetos de mineração em várias partes do mundo. O banco também controla a empresa Potássio do Brasil, que tem projeto de mineração em terras indígenas do povo Mura, no Amazonas. Como se vê, nos referimos a uma empresa acostumada a usufruir da exploração de recursos por meio da destruição de territórios indígenas, enquanto remetem os lucros para suas matrizes no exterior.

A maioria das manifestantes que protagonizaram essa ocupação na Funai de Altamira são mulheres das etnias Juruna, Xikrin, Xipayá, Kuruaya e Arara, contando ainda com a participação das etnias Parakanã e Kayapó, que permaneceram acampadas na sede da Coordenação Regional da Funai por 37 dias. As lideranças defendem a derrubada imediata da licença, discordam da condução do processo pela Funai e defendem que o licenciamento deixe a esfera estadual, com a Semas-PA, e passe à competência federal, sob responsabilidade do Ibama. Outras reivindicações se somam a pauta, tais como as preocupações quanto à sinergia e à cumu-

latividade de impactos entre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte e o Projeto Volta Grande do Xingu; a nomeação do coordenador da Coordenação Regional da Funai em Altamira, a retirada de invasores das Terras Indígenas Cachoeira-Seca e Trincheira Bacajá, dentre outras reivindicações estruturais e de segurança dos territórios.



Apesar da reivindicação limitada em relação a licença para Belo Sun, que consiste em transferir o processo de uma esfera a outra do estado burguês, o que demonstra que ainda persistem ilusões no governo federal, os indígenas têm demonstrado uma assimilação dos métodos da luta de classes, com uma enorme resistência ao avanço das mineradoras e latifundiários por meio de ocupações, bloqueios de vias e grandes manifestações de rua.

Para os indígenas, o projeto da Belo Sun irá potencializar a devastação já ocasionada pela instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, projeto da empresa Norte Energia S.A., que reduziu drasticamente o nível do rio Xingu e destruiu ecossistemas e a biodiversidade, devastando a soberania alimentar dos povos tradicionais, indígenas e ribeirinhos, que tem o rio como base para sua sobrevivência. Além dos indígenas, a Volta Grande do Xingu é habitada por pescadores, ribeirinhos, e assentados da reforma agrária. Seus habitantes dependem da biodiversidade e do ciclo sazonal do rio Xingu. *“Devido a água ser controlada pelo homem, Sol explica que a piracema, período em que os peixes sobem o rio para desovar em seu período fértil, praticamente acabou no*

rio Xingu”. Neste sentido, com a devastação já sentida com a Belo Monte, agora a preocupação dos povos tradicionais é acentuada pela implantação de um complexo mineral de ouro em larga escala, que contará com a construção de uma barragem de rejeitos de 35 milhões de metros cúbicos e uso de substâncias tóxicas como arsênio, antimônio, chumbo, cobre e enxofre, o que levará à contaminação das águas da região e degradação irreversível de ecossistemas essenciais à sobrevivência física, cultural e espiritual dos povos do Xingu, que já sofre com o veneno do agronegócio espalhado em seus territórios, como já apontamos no OI n° 34, pg. 12 à 15.

Apesar da reivindicação limitada em relação a licença para Belo Sun, que consiste em transferir o processo de uma esfera a outra do estado burguês, o que demonstra que ainda persistem ilusões no governo federal, os indígenas têm demonstrado uma assimilação dos métodos da luta de classes, com uma enorme resistência ao avanço das mineradoras e latifundiários por meio de ocupações, bloqueios de vias e grandes manifestações de rua. A resistência indígena tem se ampliado, desde o início do ano, estão acontecendo uma série de mobilizações indígenas e povos tradicionais, contra projetos econômicos de grande impacto social e ambiental nos territórios amazônicos que beneficiam grandes capitalistas. Um deles é a jornada de lutas do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), contra a licença da Hidrovia Araguaia-Tocantins e na defesa dos rios amazônicos. Atingidos e atingidas dos municípios de Itupiranga e Marabá interditaram a BR 230, a Transamazônica, na luta pelos seus direitos; cerca de 500 atingidos e atingidas do Baixo Tocantins também fecharam um trecho da rodovia PA-151, em Mocajuba. Eles também querem a regulamentação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB).

O movimento de mulheres indígenas do Xingu se insere neste contexto



realizada pelo estado, porém, neste caso específico foi realizada por uma empresa contratada pela própria Belo Sun, uma espécie de privatização da consulta controlada pela empresa interessada. Além do que, as etnias do médio Xingu denunciavam que apenas duas etnias foram ouvidas, Arara e Juruna. “Uma das maiores brigas aqui é em relação a essa licença da Belo Sun, porque a gente quer derrubar essa licença. O Médio Xingu não foi ouvido. Apenas dois povos indígenas foram ouvidos aqui, Arara e Juruna. Não existem só dois povos no Médio Xingu”, declarou Sol Juruna à Amazônia Real, uma das lideranças à frente da ocupação. Após essa consulta aumentou a tensão entre as etnias, motivados por assédio e interferências externas, conforme denuncia lideranças indígenas em entrevista à Amazônia Real: “Isso [a licença] vai trazer mais morte para o nosso rio Xingu. Entre os dois povos que foram consultados, está gerando muito conflito, porque a empresa entrou lá para fazer a consulta sem o acompanhamento do Estado. A Belo Sun vai lá, faz reunião com a comunidade. A gente sabe que isso é errado e muitos não aceitam isso, não concordam”.

O MPF também aponta a exclusão de indígenas desalçados, pendências graves nos estudos apresentados, ausência de definição sobre o hidrograma de Belo Monte e risco de dano irreversível com o início de obras de grande porte, uso de explosivos e alteração permanente do solo.

A ocupação de Mulheres Indígenas do Médio Xingu foi encerrada após 37 dias para que as lideranças pudessem participar do Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília, principal mobilização indígena do país, em busca de apoio nacional para barrar o projeto. Outros motivos para a desocupação, segundo as ocupantes, foram as condições precárias durante a ocupação, incluindo doenças como dengue e infecções pulmonares.

Sobretudo, compreendemos que outros fatores contribuíram para derrota dessa ocupação indígena, dentre elas, destacamos: 1) o isolamento e pouca visibilidade do movimento; 2) o local ocupado, que não afeta os interesses econômicos das empresas envolvidas; 3) a passividade, já que os sindicatos e demais movimentos sociais não contribuíram para a impul-

sionar a ocupação com ações radicalizadas que interferissem na economia, tais como o bloqueio de rodovias; 4) a ilusão de encaminhar as reivindicações para o parlamento burguês por meio do ATL.

A revolta dos povos originários contra a mineração é uma revolta contra a destruição de suas condições de existência em benefício dos lucros dos capitalistas. É uma luta pelo direito a se autodeterminarem e decidir sobre seus territórios sem estar ameaçados pelas invasões, os massacres e a destruição da natureza da qual tiram seu sustento. É ainda uma revolta contra os governos que trocam os negócios e acordos com as empresas pela vida, sangue e terras indígenas. O choque entre as necessidades dos povos originários e os interesses das empresas é uma manifestação da luta contra a opressão nacional e genocídio que já percorre mais de 500 anos.

Como já afirmamos em nota de OI 36, de fevereiro deste ano, quando da ocupação das instalações da Cargill, “O capitalismo é um regime de produção baseado na exploração irracional e predatória do meio natural à vida humana”. A procura de lucros pelos capitalistas está na base da ação predatória sobre o meio natural e da negação do direito constitucional dos povos tradicionais sobre suas terras. Entretanto, “O problema da terra é de vida ou morte para os povos originários e comunidades tradicionais” uma vez que dela dependem para sua existência social, econômica e cultural. Para derrotar as mineradoras, os latifundiários, os capitalistas agroindustriais e os garimpeiros que fazem seus negócios amparados e protegidos pelo aparelho do estado burguês, os povos originários terão que romper suas ilusões em resolver e impor suas reivindicações e direitos pela via institucional, e recorrer à luta de classes.

Mas, somente com a intervenção da classe operária e dos camponeses em sua defesa e em luta contra a burguesia é que conquistarão, no processo da revolução, seus direitos a se autodeterminarem. Sem que a classe operária intervenha assumindo sua defesa e imponha sua vitória derrotando a burguesia, os povos originários continuarão confiando que o estado de seus opressores lhes garantirá seus direitos, levando a novas frustrações. ●

→ geral de lutas pela preservação de seus territórios, onde se chocam diretamente com as empresas capitalistas, com os governos de turno, bem como com as instituições governamentais. Nesta ocupação na Funai, o objetivo principal é o de pressionar o governo para que o processo de licenciamento seja federalizado, com a ilusão de que no âmbito federal haverá maior rigor na análise dos riscos para os territórios indígenas, isso porque de maneira geral, o movimento indígena ainda alimenta ilusões no governo Lula. Por outro lado, a denúncia à Funai é bastante pertinente, pois expõe a cumplicidade das instituições com os governos estaduais e com os capitalistas das empresas envolvidas. “A Funai está omissa. Ela simplesmente recebeu um estudo da Belo Sun e aceitou. É um órgão que deveria estar do nosso lado, defendendo os povos indígenas, mas não está lutando ao nosso favor. Eles tentam matar a gente no cansaço”, disse uma das lideranças do movimento.

O movimento de ocupação foi impulsionado após uma decisão liminar do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) que restabeleceu a licença de instalação do projeto que objetiva abrir a maior mina de ouro. Contra a medida, o Ministério Público Federal (MPF) apresentou recurso pedindo a suspensão imediata da liberação. No entanto, a medida do MPF também é bastante limitada, pois não busca impedir os avanços da mineradora nas terras indígenas do Xingu, mas questiona apenas que “a Belo Sun não cumpriu totalmente as condicionantes judiciais sobre a proteção das comunidades impactadas e alerta para o risco de danos socioambientais e culturais permanentes, caso as obras avancem antes de decisão definitiva sobre a regularidade do licenciamento”.

Dentre as principais irregularidades denunciadas pelo MPF e o movimento indígena está a Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI), que segundo a Convenção 169, deveria ser

Acampamento Terra Livre (ATL) expõe as ilusões do movimento indígena na democracia burguesa



//

...

Apesar da cooptação das lideranças indígenas pelos partidos governistas (PT e PSOL principalmente), o ATL coloca em destaque pautas de grande relevância para o movimento indígenas bem como denúncia uma série de atrocidades desfechadas sob os territórios

O Acampamento Terra Livre (ATL) em sua 22ª edição, é uma mobilização nacional dos povos indígenas, realizada anualmente, desde 2004, que tem como objetivo dar visibilidade às pautas e aos direitos indígenas, reivindicando do Estado Brasileiro o atendimento das suas demandas e reivindicações. Em 2026, o ATL ocorreu em Brasília, entre os dias 5 e 11 de abril, com o lema: “Nosso futuro não está à venda: A RESPOSTA SOMOS NÓS”, revelando a luta para garantir os direitos territoriais frente à ganância das grandes empresas, que invadem e exploram a natureza, destruindo ecossistemas e a biodiversidade, portanto, as condições de existência dos povos originários em benefício dos lucros monopolistas. Assim, o evento focou na urgência da demarcação de territórios, no combate à exploração predatória e no “fortalecimento” de candidaturas indígenas nas eleições de 2026.

O ATL 2026 reuniu cerca de 7 mil indígenas de aproximadamente 200 etnias, que durante uma semana realizaram debates, plenárias, atividades culturais e manifestações de rua. A maior manifestação ocorreu no dia 9/4, na Esplanada dos Ministérios em direção à Praça dos Três Poderes, tendo como tema da marcha “**Demarca Lula: Brasil soberano é terra indígena demarcada e protegida**”, com o intuito de cobrar as homologações paradas

bem como homenagear lideranças assassinadas em conflitos fundiários.

Destacamos outras atividades, que demonstram a limitada independência política do movimento frente ao governo de frente ampla Lula/Alckmin e suas ilusões em conquistar suas reivindicações e defender seus direitos dentro do quadro das instituições burguesas, tais como: **Marcha “Congresso inimigo dos povos: Nosso futuro não está à venda”**; **Plenária “Terra Demarcada: Vida Garantida”: Atuação governamental na política indigenista**; **Plenária “PL 6132/2025 – Criação da Universidade Federal Indígena e a Implementação da Política Nacional Indígena e Territórios Etnoeducacionais” (FNEEI)**.

Como podemos observar, o acampamento tem como objetivo maior buscar resolução para suas demandas pela via parlamentar, confiando suas reivindicações nas negociações com “seus representantes” no governo, dentre elas a ex-ministra dos povos indígenas Sônia Guajajara, que acompanhou parte da programação. Neste sentido, as reivindicações foram direcionadas aos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Na carta de abertura do ATL 2026 foi enumerada as reivindicações para cada um dos poderes, sendo para o **poder executivo** exaltado primeiramente uma série de avanços, tais como a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI)

bem como a presença de lideranças indígenas em espaços estratégicos do estado e como reivindicação central ao executivo a demarcação e proteção dos territórios e das vidas indígenas. Para o **legislativo** ressaltam apenas o repúdio à atuação como “*uma máquina de retrocessos, atuando como inimigo dos povos, produzindo ataques cotidianos às nossas vidas e submetendo nossos direitos a um balcão de negócios.*” E por fim, para o **judiciário** pede, acima de tudo, “*respeito a constituição*”, além de ressaltar que “*segurança jurídica é terra demarcada e protegida, é povo vivo, com nossa cultura e direitos respeitados*”. Finalizando com a acusação de que “*toda decisão que abre caminho para a violação será lembrada como cumplicidade com a continuidade do neocolonialismo sobre nossos povos e territórios*”.

Apesar da cooptação das lideranças indígenas pelos partidos governistas (PT e PSOL principalmente), o ATL coloca em destaque pautas de grande relevância para o movimento indígenas bem como denúncia uma série de atrocidades desfechadas sob os territórios, dentre elas ganha destaque a **luta pela demarcação**, anunciando que 76 Terras Indígenas estão prontas para homologação e aguardam apenas a assinatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outras 34 dependem de portaria do Ministério da Justiça para dar continuidade aos processos; a **luta contra o marco temporal**, que pode interferir diretamente no processo de demarcação em andamento; **denuncia o agravamento da violência** nos territórios e a persistência de conflitos fundiários sem solução, que mantém comunidades expostas a invasões, disputas e violações de direitos; **reivindica a proteção dos biomas, por meio do combate à mineração/exploração** em áreas protegidas, se contrapondo aos projetos de privatização dos rios e de concessão a grandes empresas para exploração dos recursos naturais, principalmente no território amazônico; e por fim a exigência de políticas de mitigação da crise climática com o protagonismo indígena.

Sobretudo, como podemos evidenciar, é a submissão do movimento ao governo Lula que faz com que as principais críticas sejam direcionadas ape-

→ nas ao congresso e ao judiciário, mas não ao governo, que supostamente não consegue atender às reivindicações dos povos indígenas em função do congresso conservador, inimigo do povo. O ATL é marcado pelo caráter eleitoreiro, não apenas por demonstrar expectativa na reeleição de Lula, mas com foco no fortalecimento da “bancada do cocar”, que começa a preparar a participação nas eleições de 2026, com apoio a candidaturas indígenas.

Ao separar a responsabilidade dos ataques entre as instituições que compõem o estado burguês que os oprime,

as lideranças indígenas procuram evitar um choque de suas bases com o governo para apresentar como única via possível para conquistar suas reivindicações a via eleitoral (reeleição de Lula e candidatos indígenas). Essa é a via de sua submissão aos ditames do estado que favorece o avanço dos capitalistas, latifundiários, mineradoras e garimpeiros que roubam suas terras e devastam o meio-ambiente do qual eles sobrevivem. Não avançará nem um milímetro a defesa de suas reivindicações e direitos enquanto estiverem submetidos à democracia e governos

burgueses. Somente avançará quando imponham suas reivindicações com a luta de classes. E isso significa erguer o programa de sua autodeterminação sobre todos seus territórios ancestrais expropriando à burguesia. Portanto, será efetivada com a revolução agrária que nacionalizará todas as terras e riquezas do solo e subsolo, medida prévia à entrega das terras originárias para sua autodeterminação, abrindo caminho à reparação efetiva e real de mais de 500 anos de genocídio, roubo e extermínio. ●

■ Fonte principal: <https://apiboficial.org/noticias/>

NOTAS OPERÁRIAS

Após 1.280 dias de greve, **trabalhadores da AVIBRAS retornam ao trabalho** com empresa nas mãos de parasitas do mercado especulativo

Como relatamos anteriormente¹, a empresa AVIBRAS, que tem seu principal ramo de atuação no desenvolvimento de foguetes e mísseis, boicotou o pagamento de salários e demais benefícios, além de demitir centenas de trabalhadores desde março de 2022 por uma suposta dívida de R\$600 milhões. Somente em setembro daquele ano, o Sindmetal SJC organizou os assalariados para a greve, contudo, ficou a meio caminho da radicalidade necessária para combater a sanha da burguesia pelo lucro e defender incondicionalmente os salários e empregos: a ocupação da fábrica e impor ao governo estatizar a fábrica e reanudar a produção sob controle operário coletivo. Ao invés disso, apostaram na greve por tempo indeterminado sem ações contundentes. As direções do sindicato e da CSP-Conlutas apostaram, fundamentalmente, na via jurídica, na negociação com a direção da empresa, imploraram por investimentos do Governo Federal e a estatização pela via parlamentar, métodos contrários à radicalização da greve e um freio à ocupação da fábrica e controle operário, colocando a disputa entre os trabalhadores e a burguesia no terreno do próprio governo burguês. Tampouco mobilizaram as bases metalúrgicas de SJC em uma greve unificada em solidariedade com a Avibras. Uma ação unificada em defesa dos operários da fábrica por outros destacamentos operários teria sido uma força que poderia ter resistido à medida e revertê-la. O resultado da política da CONLUTAS foi manter o “status quo”, ou seja, a justiça, o executivo e o parlamento mantiveram a empresa privada e os trabalhadores sem pagamento.

O sindicato divulgou que assinou com a AVIBRAS um ACT (Acordo Coletivo de Trabalho) que prevê “o pagamento da dívida trabalhista, em forma de indenização social”², sem deixar claro quem receberá, quando e como a empresa irá repassar os R\$230 milhões. Ainda, o Sindmetal SJC atribuiu o ACT ao movimento grevista que durante três anos não conseguiu torcer o rumo da decisão de esvaziamento, sem fazer um balanço crítico e sem responder o porquê a empresa supostamente teria cedido. A resposta não veio de um movimento grevista radicalizado, porque, infelizmente, a base ficou subordinada à política centrista da direção sindical e

não teve a sua frente uma vanguarda revolucionária para impulsionar e radicalizar a greve; mas sim dos próprios interesses burgueses: por um lado, há interesses em resgatar uma empresa que é estratégica para uma política de defesa nacional soberana, em meio à escalada mundial belicista liderada pelos países imperialistas; por outro lado, João Brasil C. Leite perdeu o controle majoritário e a liderança da empresa para o Brasil Crédito Gestão Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, um fundo de investimento gerido pelo Banco Daycoval, que passa a ter 99% das ações da AVIBRAS como forma de reaver os empréstimos para a empresa. Se trata, portanto, de uma solução burguesa e um banco tomar para si o desenvolvimento de um setor que se mostrará altamente lucrativo no futuro próximo, ainda mais contando com volumosos subsídios estatais que poderão vir a sanar volumosos montantes de empréstimos.

O que o Sindmetal SJC propagandeia como “vitória”, na verdade é um engodo e pode vir a se manifestar como uma armadilha para os operários, pois a greve é encerrada sem que a força dos operários tenha servido para impor a retomada da produção em uma melhor correlação de forças, e no momento em que um setor da burguesia pretende retomar as atividades da fábrica para ter lucros garantidos pelo aumento do orçamento da Defesa, e que, além disso, já anunciou que pretende demitir cerca de 850 trabalhadores entre março e abril, e contratar outros 450 (que poderão sê-lo em regimes precarizados de trabalho), ou seja, no momento em que se confirmam as demissões, a direção sindical se senta com o patrão para negociar e aceitar o desemprego de uma parcela dos operários.

Os trabalhadores da AVIBRAS têm a hercúlea tarefa de tirar profundas e amargas lições dos três anos de “greve” e construir uma nova direção que supere à atual burocracia de esquerda capituladora, e se organizar e estar vigilantes contra o novo patrão em defesa de suas condições objetivas de vida (salário e emprego), utilizando-se dos métodos próprios do proletariado, a ação direta, retomando a greve assim que novos ataques vierem a tona, avançando para a luta pela estatização sem indenização, reativando e ampliando a produção sobre o controle dos operários, que devem ter total controle sobre todas as questões de produção e finanças. ●

1. “3 anos de greve na AVIBRAS ...” – Página 15 do jornal OI n° 33.

2. <https://www.sindmetalsjc.org.br/n/7334/sindicato-assina-acordo-para-volta-da-avibras>



PPRI
 Partido Proletário
 Revolucionário
 Internacionalista



ppri4.org



PPRI.PARTIDO

Manifesto do PPRI

POR UM 1º DE MAIO CLASSISTA, COMBATIVO, INDEPENDENTE, SOCIALISTA E INTERNACIONALISTA

As centrais e direções políticas das massas abandonaram as bandeiras, os métodos e estratégia própria do proletariado que ergueram 1º de Maio de luta socialista e internacionalista, impondo o divisionismo e eleitoralismo.

Devemos defender a estratégia e os métodos do proletariado para que não sejam apagados nem pelo colaboracionismo de classe e nem pelo democratismo pequeno-burguês!

A cada ano se agravam as condições de vida das massas. O aumento da superexploração do trabalho pela burguesia, o aumento da carestia de vida, retirada de direitos, desemprego, aumento do subemprego, etc., são reflexos das crises capitalistas descarregadas sobre os ombros dos explorados. A classe burguesa aumenta as investidas contra os oprimidos para manter e elevar suas taxas de lucros, não apenas com a superexploração do trabalho aumentando a mais-valia e impondo retrocessos nos direitos trabalhistas, mas também investindo, com sucesso, na perpetuação de ideologias reacionárias que são estranhas aos reais interesses do conjunto dos trabalhadores e demais oprimidos. Esse avanço contra os oprimidos é desfechado por todos os governos burgueses de plantão - com diferentes métodos e ritmos.

Especialmente em ano eleitoral, é quando as principais correntes reformistas, centristas e estalinistas, afundadas no pleito de 2026, mais estão predispostas a largarem mão de organizar os explorados a lutarem por suas reivindicações com os métodos próprios do proletariado e se dedicam a transformar o Dia do Trabalhador em uma data de "pressão" parlamentar - um método comprovado historicamente como insuficiente para arrancar conquistas - e propaganda eleitoral entorno da campanha de Lula e outros candidatos, disfarçada de manifestação combativa, chamando a unidade da classe operária não para impor suas reivindicações com a luta histórica, e sim depositando o voto por sultano ou ciclano. Diferem nos nomes dos candidatos, mas se unem desavergonhadamente na ação de arrastar as massas a se subordinar às ilusões que é por meio da democracia dos ricos que vão conquistar suas necessidades.

A CUT, por exemplo, maior central sindical do país, aparece neste 1º de Maio com a defesa do Projeto de Lei número 1838/2026 (fim da escala 6x1) como a principal pauta, reivindicando também "o enfrentamento à pejetização e à precarização", "o fortalecimento da negociação coletiva" e "a garantia do direito de negociação para os servidores públicos", entre outras, deixando de levantar bandeiras elementares como fim do desemprego e subemprego, estabilidade no trabalho, aumento salarial real e aplicação do salário mínimo vital para sustento da família, etc., e escondendo que o próprio governo burguês de Lula tem o papel de algoz dos trabalhadores e demais oprimidos em defesa dos interesses da burguesia e, portanto, é também responsável pelo rebaixamento salarial, perda de direitos trabalhistas, aumento da chamada pejetização, terceirização, privatização e desemprego. As bandeiras da CUT, descoladas da organização e mobilização do conjunto dos trabalhadores e demais oprimidos, colocam as reivindicações no campo da

disputa inter-burguesa e reforça as ilusões na democracia burguesa e Lula, contrapondo-se aos métodos do proletariado na luta de classes (greves, piquetes, ocupações, etc.), e deixando o terreno limpo para as candidaturas que se reivindicam de esquerda não se chocarem com os explorados.

1º DE MAIO HISTÓRICO NA PRAÇA DA SÉ (SP) É DESMONTADO - DEFENDEMOS A UNIDADE COMO MÉTODO DE COMBATE AOS GOVERNOS E PATRÕES

Há anos, as maiores correntes reformistas, centristas e estalinistas, foram esvaziando o histórico ato do 1º de Maio na Sé, centro da cidade de São Paulo. A praça foi palco de inúmeros protestos ao longo de quase um século, e foi adotado como local para os atos do Dia do Trabalhador há muitas décadas, por iniciativa dos próprios operários. O ato nesse lugar representava um marco da luta operária e, sobretudo, por expressar a democracia operária: todas as correntes políticas tinham direito a se manifestar, sem condicionamentos. Aos poucos, as maiores correntes que se dizem de esquerda, negaram ou romperam com a unidade, convocando para outros locais como MASP, praça Roosevelt, praça da República, entre outros. A negativa de unidade se deu e permanece pela necessidade objetiva das correntes transformarem a data como mais um evento do calendário eleitoral e defesa dos interesses corporativos de cada partido e cada casta burocrática, propagando seus candidatos e partidos como a solução para todos os problemas das massas, caso eleitos. Este ato, ainda que com todas as dificuldades e filtros impostos pelos organizadores, permanecia fiel ao princípio classista do 1º de Maio: permitia que correntes distintas, incluindo partidos em estágio embrionário de construção, expusessem sua linha política, inclusive criticando o eleitoralismo e o governo de Frente Ampla. Na Sé, defendia-se a independência política e organizativa perante os governos e partidos dos patrões. Esse princípio foi liquidado pelas organizações que encabeçaram os atos no passado.

2026 será marcado com o ano do desmantelamento do 1º de Maio, pelo interesses eleitorais, o que configura mais uma aberta traição aos trabalhadores, pois abandonaram os explorados na real luta contra os exploradores, a luta de classes. Esta, que exige a unidade completa entre trabalhadores dos mais variados setores, das cidades e do campo, e demais oprimidos pelo capitalismo, sob seu programa nacional de reivindicações e estratégia de poder para que, através de seus métodos próprios, lutem para conquistar suas reivindicações, cientes que a burguesia e seu governo não darão nada de mão beijada, especialmente na época de decadência do capitalismo.

→ **O DIA DO TRABALHADOR DEVE SER SOCIALISTA
E INTERNACIONALISTA! LUTEMOS CONTRA
A BURGUESIA NACIONAL E IMPERIALISTA!**

As reivindicações mais imediatas (salário, emprego, melhores condições de vida, etc.) não estão descoladas das questões mais gerais do capitalismo. A investida dos EUA e Israel contra o Irã elevou o preço do barril de petróleo no mercado mundial assim, encareceu o custo da produção de combustíveis e demais derivados, que foi repassado às bombas dos postos. Também encareceu o frete das mercadorias, o que os consumidores também sentiram no bolso, sobretudo, as camadas mais empobrecidas. A burguesia, enquanto estiver com o poder político e econômico em mãos, irá descarregar sobre os explorados quaisquer elevações para cima dos preços, e manter os crescentes lucros. Para além do exemplo trazido, temos visto o aumento da interferência dos imperialistas, especialmente EUA e seu vassalo, Israel, sobre a condição de existência dos povos, como o genocídio na Palestina e os ataques no Líbano que assassinarão, entre os civis, mulheres e crianças.

Para ser consequente, é indissociável a luta pelas questões objetivas mais imediatas com a luta pela superação do

capitalismo, que já não pode oferecer nenhuma melhora na condição de vida das massas. A luta pelas reivindicações mais imediatas se projeta na luta anti-imperialista e anticapitalista. É sobre essas bases que as massas organizadas por trás de sua direção revolucionária, combatendo o governo de plantão, que avançarão no sentido de reconquistar o 1º de Maio classista, combativo, independente, socialista e internacionalista. Para isso, os assalariados e demais oprimidos devem superar suas direções sindicais traidoras e eleitorais para lutar em defesa de seus salários e empregos, assim como munir-se do programa do proletariado para avançar na luta contra a burguesia nacional e imperialista, desapropriando-a sem indenização e tomando para si o controle dos meios de produção de forma coletiva.

É por este caminho que será concretizada a revolução proletária, que irá instaurar o governo da aliança do proletário com o camponês, sob direção do proletariado, rumando para uma sociedade sem classes. É por este caminho que honraremos todos os mártires da classe operária mundial que tombaram combatendo a exploração e os capitalistas. Assim é que iremos recuperar o 1º de Maio para a luta de classes. ●

MOVIMENTOS

1 DE MAIO
Dia do Trabalhador

ATO DO 1º DE MAIO NO LITORAL NORTE DE SP VAI NA CONTRAMÃO DA MAIORIA DOS ATOS NACIONAIS

Realizado na Praça Cândido Mota, em Caraguatatuba, o ato foi chamado pelo Fórum dos Sindicatos e Movimentos Sociais do Litoral Norte. Participamos, como partido, de sua construção, divulgação e organização, e estivemos presentes junto às demais organizações que compõem o Fórum (POR, UP, SINDIPETRO etc.) erguendo as palavras de ordem e as bandeiras históricas dos trabalhadores. O ato foi marcado pela presença de lideranças sindicais e membros de suas bases, contando em seu ápice com cerca de 30 pessoas. Número significativo para a região que não possui tradição de luta e que, aliás, está sendo negligenciado pelas direções e partidos que se dizem de esquerda e são aliados do governismo, o que explica porque esteve reduzido se comparado ao mesmo ato realizado em 2025.

Apesar da panfletagem realizada pelos integrantes do Fórum, avaliamos que o esvaziamento do ato em relação ao ano anterior se deu por três motivos fundamentais: 1) o divisionismo imposto pelas centrais sindicais ao não organizarem atos unificados; 2) a ausência da unidade das centrais por estarmos em ano eleitoral e estas estarem usando do 1º de maio como carro chefe para imprimir suas políticas eleitoreiras desviando o caráter da data; 3) o SindCaraguatatuba estava no ápice de sua campanha salarial em abril/maio de 2025, o que colaborou com a presença de vários funcionários municipais no ato.

Diferente dos atos realizados nas grandes cidades, como no caso de São Paulo, as forças regionais dispostas a construir um ato unitário compuseram a atividade e fizeram falas, garantindo o direito de livre expressão de programas e posições. As falas se concentraram, sobretudo, na importância da data histórica do 1º de maio, sua importância para os trabalhadores e memória daqueles que tombaram lutando por direitos trabalhistas. A pauta da escala 6X1, a jornada estafante da mulher (que se encontra na condição do acúmulo de tarefas e muitas


vezes está presa, sem perceber, na jornada 7X0). Também foram trazidas as pautas e bandeiras relacionadas ao avanço do sionismo no Brasil, como a condenação de José Maria, presidente do PSTU, bem como a perseguição de sites e canais que denunciam Israel e seu genocídio, como é o caso do canal Mesa de Debates e, como não podia deixar de ser, a exigência de sanções e ruptura dos acordos do Brasil com os Estados Unidos e Israel, bem como denuncia da prisão dos ativistas da Flotilha. Os membros do Sindipetro trouxeram ainda em suas falas a questão do petróleo, da soberania nacional e da captura do sindicalista petroleiro Leandro Lanfredi por Israel, condenando as ações dos sionistas e cobrando ação imediata do governo Lula.

Com exceção dos petroleiros, todas as organizações presentes apontaram em suas falas a defesa de um dia nacional de lutas e mobilização – Greve Geral como método para arrancar do governo a implementação da redução das horas de trabalho, imposta pela escala 6X1 sem redução de salário, apontando ainda que é necessária a organização dos explorados para superar a opressão imposta pelos governos de turno, sem depositar ilusões nas eleições e na democracia burguesa. O PPRI atuou com manifesto próprio e com o unificado – redigido pelos membros do Fórum, realizamos falas e panfletagens em preparo ao ato e durante sua realização. Destacamos ainda pela defesa do programa proletário e pela construção da 4ª Internacional.

A atuação unificada pelo segundo ano consecutivo na região para a realização do ato do 1º de maio, abre caminho e forja a tradição deste ato no Litoral Norte paulista, independente dos governos e patrões, classista e internacionalista. É necessário defender essas conquistas práticas e continuar lutando para que a unidade frentista conquistada na prática continue abrindo caminho à política classista e proletária. ●

Viva o 1º de maio realizado no Litoral Norte!

As burocracias políticas e sindicais de direita e esquerda conseguiram enterrar o ato da Praça da Sé, o único que ainda expressava a unidade e a democracia operária.

 Finalmente, triunfou em São Paulo o divisionismo e aparelhismo que levaram ao enterro sem honras do histórico ato da Praça da Sé pelas organizações, sindicais, sociais e da pastoral operária, que organizavam e dirigiam sua realização ano após ano. Esse é o fato principal deste 1° de Maio, que ficará marcado como mais uma mancha na trilha de capitulações, traições e divisionismo aparelhista que todas as centrais sindicais e a esmagadora maioria de partidos reformistas e centristas praticaram, sem exceção.

O ato da Praça da Sé foi desde sempre o ato que reunia todas as correntes e centrais, garantindo o direito democrático de livre manifestação e expressão política. Desde sua origem, foi uma expressão da unidade na luta contra o patronato. Porém, pela ação e omissão das direções políticas e sindicais que passaram a preferir atos em separado (onde pudessem rebaixar as bandeiras proletárias e erguer a campanha eleitoral), começou a ser esvaziado progressivamente. Contra essa tendência resistiram as correntes e organizações que até ano passado defendiam o Ato da Praça da Sé por manter sua importância e continuar a defender a tradição histórica conquistada pelo proletariado em São Paulo.

Como assinalamos no Manifesto de 1° de Maio do PPRI, n° 107, o ato da Praça da Sé “representava um

marco da luta operária” e expressou, por décadas, à “democracia operária: todas as correntes políticas tinham direito a se manifestar, sem condicionamentos”. Mas, “Aos poucos, as maiores correntes que se dizem de esquerda, negaram ou romperam com a unidade, convocando para outros locais como MASP, praça Roosevelt, praça da República, entre outros”. Assim como os governistas, os socialistas transformaram a data em “mais um evento do calendário eleitoral e defesa dos interesses corporativos de cada partido e cada casta burocrática, propagandeando seus candidatos e partidos”.

Está aí porque o Ato da Sé foi sacrificado no altar da reeleição de Lula, fundamentalmente. Também foi sacrificado pelos ditos revolucionários reunidos na Unidos pra Lutar e a Conlutas. Seguindo a lógica aparelhista dos sindicatos governistas, se afastaram da Sé com o mesmo objetivo daqueles: usar o Dia do Trabalhador para reforçar seus aparatos, controlar sua militância, reunir seus aliados democratizantes e, finalmente, usar a tribuna para desenvolver os fundamentos da campanha eleitoral das Frentes de Esquerda ou, como chamam agora, da “oposição de esquerda” eleitoralista. Nos fatos, não existe qualquer diferença de conteúdo entre o divisionismo dos centristas (PSTU, MRT, CST, SoB, PCBR, Revolução Socialista etc.) e o dos reformistas (PT, PCdoB, Verdes etc.). Todos falam

apenas para suas bases e todos usam o ato como instrumento de centralização burocrática dos movimentos e sindicatos que dirigem para servir ao eleitoralismo imposto pelas correntes democratizantes.

Já um mês antes do 1° de Maio, o PPRI e outras organizações só acharam o silêncio dos organizadores da Praça da Sé quando se consultou quando se fariam as reuniões de organização, como costumava ser feito todos os anos. Sem respostas, o PPRI foi então obrigado a participar do ato da CSP-Conlutas, ou seja, fomos obrigados a nos subordinar ao divisionismo burocrático visando a intervir e distribuir seu manifesto em um setor da vanguarda que se reclama socialista e revolucionária. Além de distribuir os materiais, solicitamos o direito de fala para defender nossa posição, mas a burocracia de esquerda centrista impediu a inúmeras correntes de falar, dentre elas nosso partido. Somente falaram aquelas correntes “amiguinhas” ou filiadas à Conlutas, bem como as aliadas táticas nos sindicatos que conformam as oposições que servem de esteio à defesa da política centrista do PSTU. Assim, não houve democracia operária para aqueles que não se subordinam a esse aparelhismo centrista. Os atos da CSP-Conlutas estiveram sempre um passo atrás do ato da Sé quanto a direito democrático de falar. E este ano confirmaram mais uma vez que, seja de direita ou de esquerda, a burocracia é sempre autoritária.

Finalmente, caracterizamos uma hipocrisia a fala de Pedrini, da Pastoral Operária (um dos organizadores e dirigentes históricos) do ato da Praça da Sé falar, no ato da Conlutas, se lamentando de não acontecer o ato da Sé. É uma amostra de cinismo se lamentar, mas sequer responder quando a quem esteve disposto a fazer esforço para construir. ~~O ato da Sé o que a Pastoral pretendia fazer.~~ Para nós, está claro que essa atitude foi um ato de subordinação ao divisionismo imposto pelos governistas e centristas. O ato da Praça da Sé morreu enterrado e abandonado pelos que se enchem a boca com sua defesa, mas acabaram sendo serviçais à dissolução porque também defendem as eleições e a reeleição de Lula.

Esse destino trágico do ato de 1° de Maio da Praça da Sé acontece porque os explorados estão atomizados, sem direção revolucionária e sofrem com as direções burocratizadas que se negam a aprovar qualquer plano de unidade baseada em reivindicações comuns para enfrentar a burguesia e os governos. O ato de 1 de Maio unitário, classista, independente, revolucionário e internacionalista como encarnação da luta e tradições históricas do proletariado, que deu seu sangue para combater a burguesia e impor suas reivindicações com a ação direta, somente voltará a ser erguido com a organização da classe operária, quando superarem as direções burocráticas e eleitoreiras. ●



O 1º de maio de 1886 representou um marco histórico ao que viria depois a ser a representação do Dia Internacional do trabalhador. Há 140 anos, dezenas de milhares de operários nos EUA declararam greve reivindicando a redução da jornada de trabalho para 8 horas. As manifestações, porém, foram atacadas por fura-greves organizados pelos patrões e pela polícia. Nos confrontos, 6 operários e 7 policiais morreram. Oito lideranças anarquistas que lideraram os protestos foram presas, três condenadas à morte e três à prisão perpétua (uma suicidou-se). Ficou claro à vanguarda proletária que o regime burguês é a ditadura dos capitalistas e que recorrerá à violência reacionária e ao terrorismo do estado para derrotar os operários e impedir que imponham suas reivindicações. Mas, também ensinou ao proletariado que não haveria como conquistar a jornada de 8 horas sem luta de classes.

Esse fundamento esteve na base da aprovação do 1º de maio, no Congresso Operário Internacional reunido em Paris de 1889, como o Dia Internacional dos Trabalhadores. Nascia o 1º de Maio classista, internacionalista e socialista. Segundo Lênin, na manifestação de 1º de Maio de 1913, centenas de milhares de operários cantavam “*hinos revolucionários*” conclamando “*abertamente à revolução*”. Era uma

“*manifestação dos anseios revolucionários do proletariado, de suas forças revolucionárias, temperadas e solidificadas com novas gerações*”. Após mais de 140 anos, o 1º de Maio foi deformado se transformando em dia festivo e culturalista sob influência da burguesia devido à profunda regressão política do proletariado, embora permanecem as condições objetivas que permitem ao proletariado retomar suas tradições e seu programa revolucionário. Mas, não haverá como se manifestar novamente como classe verdadeiramente revolucionária sem resolver a profunda crise de direção.

“*A opressão apenas, por grande que seja, nem sempre origina uma situação revolucionária em um país. Para que a revolução deflagre não basta somente que os de baixo não queiram continuar vivendo como antes. É necessário, além disso, que os de cima não possam continuar administrando e governando como até então*”, afirmou Lênin. É necessário ainda que exista seu partido proletário revolucionário como expressão consciente da luta da classe operária. Eis como se voltarão a desencadear as “*greves revolucionárias, nas manifestações e na luta armada contra os defensores da escravidão assalariada*”. ●

1. Redigido e atualizado sobre a base da nota publicada no OI nº 27, de maio de 2025.

25/05/2000 - Fim da ocupação do Líbano por Israel

Há 26 anos, a resistência libanesa expulsou o exército israelense do Líbano, após combater por duas décadas à ocupação militar sionista em seu país. Milhares de palestinos foram mortos. Centenas de soldados israelenses morreram. Dezenas de tanques e veículos blindados israelenses foram destruídos. A “invencibilidade” de Israel se destroçou, diante da população determinada a expulsar os invasores. Surgira no seio da resistência libanesa o Hezbollah, forjado nos combates e encarnando a luta pela autodeterminação do país perante o sionismo e imperialismo.

A destruição do Líbano combinou-se ao servilismo de setores sunitas e cristãos que ergueram governos que, ainda incorporando a eles o Hezbollah, a maior e mais coesa força militar e social do país, seguiram subordinados ao imperialismo. Mas, não se apagaram os feitos heroicos e a herança de luta conquistadas na vitória contra Israel, orgulhosamente defendida pela população, e aplicada nas novas condições pelas milícias libanesas que se colocam ao lado dos palestinos pela derrota do sionismo.

A ocupação do sul do país pelo sionismo firma suas raízes coloniais no objetivo de Israel construir a “Grande Israel” tomando posse à força de territórios do Líbano, Síria e Jordânia. Como no passado, o Hezbollah é a única força enraizada

na profundamente nas massas e na luta contra a opressão sionista. O novo governo é incapaz (e não pretende) expulsar os sionistas e retomar a soberania sobre os territórios ocupados. A milícia xiita foi golpada, mas se recuperou e vem surpreendendo os sionistas, produzindo derrotas.

Os opressores sionistas nunca perdoaram as massas libanesas pela suas façanhas históricas, assim como hoje tampouco perdoam Hamas e Hezbollah por sua resistência. As condições para a derrota total do sionismo são hoje melhores que no passado pelo massivo apoio das massas à luta palestina e a crescente onda de indignação entre os árabes contra seus governos cúmplices do genocídio palestino e do expansionismo sionista. Porém, a derrota do sionismo e sua expulsão do Líbano e Palestina depende da classe operária sair da paralisia imposta pelas direções, e estrangular o aparelho industrial bélico com greves, ocupações de fábricas militares, e de portos e aeroportos, etc. As massas libanesas não contaram com essas condições mais favoráveis no passado. Por isso, é preciso reunir em uma só força a ação das massas exploradas contra seus inimigos comuns. A organização da luta contra o imperialismo em toda parte, combinada à ação internacionalista do proletariado, são a chave para a derrota do sionismo. ●

15 de maio de 1948 - Início da Nakba 78 ANOS DA NAKBA¹

Em 15 de maio, há 78 anos, o recém-criado Estado de Israel, avançou na limpeza étnica e o holocausto dos palestinos para se apossar de suas terras e erguer um estado colonial a serviço dos interesses da burguesia imperialista. Nessa data, 750 mil palestinos foram expulsos das terras pelos invasores sionistas. Mais de 5 milhões de palestinos foram forçados ao exílio, permanecendo na diáspora, sem direito ao retorno. Centenas de cidades e povoados foram apagados do mapa destruindo lares e terras palestinas para erguer sobre seus escombros a propriedade colonial e os assentamentos sionistas. Após décadas de genocídio planejado em escala industrial, os palestinos continuam sendo apagados do mapa em Gaza e Cisjordânia. Milhões de homens, mulheres e crianças são trucidados em nome dos lucros da burguesia imperialista e sionista. O Estado de Israel provou a pena de morte para prisioneiros palestinos, mostrando que sionismo é sinônimo de limpeza étnica e colonialismo terrorista, de nazismo.

Gaza e Cisjordânia são campos de concentração e posterior extermínio. Agora, soma-se o Líbano aos objetivos da gangue imperialista-sionista, onde retem-se os métodos colonialistas, terroristas e genocidas que tem suas raízes históricas na Nakba. O enclave artificial imperialista sobrevive por meio da brutal opressão nacional, da colonização militarista, do terrorismo de estado e da imposição de um violento apartheid

racial, visando a controlar a exploração das vastas riquezas naturais da região. É a esse objetivo econômico que serve a limpeza étnica e o genocídio do povo palestino, desde 1948.

Continua a decisão firme e corajosa do povo palestino de resistir até a última gota de sangue. Continua firme a corajosa decisão e dos houthis unirem forças para ajudar aos palestinos na derrota do sionismo. Essas forças começaram agir de forma coordenada e unitária quando deflagrou a guerra dos EUA-Israel contra o Irã. Deixando claro que não há como conquistar a autodeterminação nacional e recuperar territórios e recursos ao serviço de seus verdadeiros donos sem destruir Israel, expulsar ou aniquilar os sionistas e expulsar o imperialismo recorrendo à violência revolucionária de massas.

Para que a derrota do sionismo e imperialismo seja possível, e assim ajudar os palestinos a avançarem para sua libertação social e nacional, a luta proletária em cada país deve ser orientada a atingir os interesses imperialistas e sionistas organizando bloqueios de portos e aeroportos, às greves e destruição de interesses sionistas. Palestine Action demonstrou que a destruição de recursos industriais e tecnológicos de Israel é uma via a mais para ajudar os palestinos a saírem vitoriosos. A Global Sumud Flotilha ainda que com seus métodos pacifistas e apelos institucionais, ensina que cresce e expande a defesa das massas mundiais. É necessário unir essas manifestações de luta sob um programa co-



mum e estratégica revolucionária organizando a luta de classes em cada país atacando os interesses econômicos do imperialismo e do sionismo. Trata-se de defender intransigentemente o direito à autodeterminação e à luta armada das massas contra os genocidas. Trata-se, em última instância, de erguer bem alto a defesa da violência instintivamente revolucionária e condenar à reacionária.

Há 78 anos, segue vigente a luta palestina, ainda que suas organizações mudem e suas direções sejam traidores ou martirizados. Não mudou a decisão da resistência a defender suas terras e conquistar sua autodeterminação nacional. Embora mudaram as forças que a compõem, uma vez que a OLP e a ANP se passaram ao campo do inimigo nacional e de classe. O problema é que a resistência palestina não possui uma direção revolucionária que a organize em uma frente única anti-imperialista (unidade das massas oprimidas ao redor do proletariado), para derrotar o imperialismo e o sionismo com a ação revolucionária das massas e sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Não contam, fundamentalmente, com uma direção revolucionária mundial forjada na luta de classes. Construir essa di-



...


É necessário unir essas manifestações de luta sob um programa comum e estratégica revolucionária organizando a luta de classes em cada país atacando os interesses econômicos do imperialismo e do sionismo.

reção é urgente para abrir caminho à autodeterminação nacional de todo Oriente Médio. ●

***Defendemos a destruição do Estado de Israel e a expulsão dos sionistas!
Defendemos a bandeira da Palestina socialista, do rio ao mar, parte de uma federação de estados socialistas da região!***

1. Atualizado sobre a base do texto publicado no OI nº 27, de maio de 2025.

A IRRACIONALIDADE DA PRODUÇÃO CAPITALISTA QUE SE MANIFESTA EM SUCESSIVAS INTERVENÇÕES E GUERRAS DE DOMINAÇÃO CONTINUA A LEVAR O MUNDO À BEIRA DO ABISMO DA GUERRA MUNDIAL

 O início dos ataques conjuntos de Estados Unidos e Israel ao Irã acabam de completar dois meses. No momento em que este editorial é escrito, mantém-se um delicado cessar-fogo entre as partes, iniciado dia 7 de abril e prorrogado na penúltima semana de abril. O perigo da retomada da guerra não foi afastado. Não é por acaso que o estreito de Hormuz segue controlado pelo Irã, com este permitindo a passagem de navios não ligados aos EUA e Israel, mediante o pagamento de um pedágio. Os EUA tentam forçar o rompimento do bloqueio com navios militares, enquanto oferecem um plano para “guiar” os navios para saírem do estreito. O controle do estreito pelo Irã é um valioso instrumento de pressão sobre os EUA por suas consequências na economia mundial.

Já Israel, por outro lado, precisa se manter em conflito, por dois motivos: Porque o sionismo entendeu este momento histórico uma brecha para acelerar seu plano estratégico (a Grande Israel) e porque o cargo de primeiro-ministro blinda Netanyahu das acusações de corrupção e de uma possível prisão. Portanto, agora ataca o sul do Líbano, visando sua anexação e a destruição do Hezbollah, enquanto se expande rapidamente – violentamente – a colonização da Cisjordânia.

Em que pesem os distintos interesses entre EUA e seu “porta-aviões” no Oriente Médio, as negociações continuam em Islamabad, onde o Irã deseja encerrar a guerra em 30 dias, negociando o fim de todas as sanções e de todas as hostilidades

por parte de Israel e EUA contra si e contra o Líbano. Depois dos dois meses de guerra, está claríssimo que os EUA arcam com uma derrota tática e estratégica enorme. Tática porque o Irã detém, neste momento, uma clara vantagem nas negociações, visto que tem o controle da passagem de 20% do petróleo mundial; e estratégica, porque nada mudou estruturalmente no país: o regime teocrático saiu fortalecido apesar das baixas na direção política e militar, as massas se unirem ao redor do governo em defesa da nação e Irã demonstrou capacidades tecnológicas e de produção de avançados armamentos planejados para a guerra assimétrica. É consenso entre analistas das mais variadas origens e ideologias que a potência imperialista decadente subestimou absurdamente a República de feições teocráticas. Esta, ainda que economicamente muito abalada, passando por uma piora nas condições econômicas (desvalorização do rial, aumento do desemprego, etc) não dá sinais de que irá cair. Ao contrário, mantém-se firme ao possuir uma capacidade de barganha gigantesca.

O estrangulamento do estreito afunda a economia mundial em uma nova crise, com o preço dos combustíveis aumentando exponencialmente em todo o mundo. Esta crise já é sentida, principalmente nos países do sudeste asiático, a exemplo Bangladesh e Sri Lanka, que estão impondo racionamento dos combustíveis. A Europa sofre também com a crise, ainda que siga vassala aos interesses dos EUA, e a prova disso é a subserviência da maior economia



A tendência geral em toda Europa é esta: a corrosão lenta, mas persistente, da qualidade de vida nos países, inclusive naqueles mais ricos.

O que impulsiona poderosamente uma política exterior mais agressiva para tomar posse de novos recursos e mercados para, ainda seja conjunturalmente, equacionar as tendências de desagregação e luta de classes.

européia (Alemanha) aos seus ditames militares. Se já não bastasse o “tiro no pé” dado pelos alemães ao deixar de comprar gás barato vindo da Rússia, e empurrar a sua economia para a estagnação desde 2023, os efeitos do fechamento do Estreito de Hormuz piorarão este cenário neste ano, com previsão de crescimento de apenas 0,5% em 2026 (no melhor dos cenários). Justamente, a saída rápida que sua burguesia para esta situação é aumentar seus gastos militares, em detrimento dos gastos sociais. A tendência geral em toda Europa é esta: a corrosão lenta, mas persistente, da qualidade de vida nos países, inclusive naqueles mais ricos. O que impulsiona poderosamente uma política exterior mais agressiva para tomar

//
...

Se o capitalismo não tem mais nada a oferecer, a não barbárie e destruição, **toda e qualquer ação e postura e imponha uma derrota, ainda que pequena ou circunstancial ao imperialismo (estágio último do capitalismo), deve ser realizada e incentivada.**

Ergue-se como essencial neste século XXI a construção de uma **FRENTE ÚNICA ANTIIMPERLISTA**, que una às massas proletárias e oprimidas, bem como a todos os grupos políticos que defendem os métodos e a estratégia revolucionária, **sob a política e programa revolucionários do proletariado.** —

→ posse de novos recursos e mercados para, ainda seja conjunturalmente, equacionar as tendências de desagregação e luta de classes.

Ainda que, por um lado, haja vozes críticas entre as burguesias europeias a respeito dos EUA terem arrastado o mundo para essa crise energética, criando efeitos negativos na economia mundial a curto prazo, por outro lado, a médio prazo, é de interesse das burguesias dos países imperialistas que as guerras pipoquem cada vez mais no mundo. Com a estagnação de décadas da Europa e a crise econômica de longa duração surgida nos EUA, a indústria bélica e a destruição de cidades, regiões e países inteiros – isto é, destruição de forças produtivas – surgem como respostas de curto prazo para darem um respiro ao capitalismo imperialis-

ta moribundo.

Desta maneira, é também de interesse que todos os países que se chocam com essa lógica, que não se submetam a ela, independentemente do motivo, sejam submetidos ou destruídos – se resistirem. Israel serve a este propósito no Oriente Médio, como um agente desestabilizador, com o intuito de destruir qualquer voz que destoe da ideia de pax imperialista. Neste contexto, finalmente entram Rússia e China, com aquela sendo considerada uma ameaça existencial imediata pela Europa decadente e esta, como ameaça à hegemonia econômica, política e militar aos EUA. Ainda que as burocracias de Rússia e China desejem manter relações minimamente amistosas com o imperialismo, este precisa da destruição total das forças produtivas daqueles países, construídas sobre a grande propriedade nacionalizada, fruto das revoluções socialistas. O “respiro”, por assim dizer, do imperialismo putrefato só virá, portanto,

se Rússia e China voltarem a serem semicolônias, e da reconstrução de suas economias e forças produtivas sob controle imperialista

Diante deste cenário, qual deve ser a postura das massas? Se o capitalismo não tem mais nada a oferecer, a não barbárie e destruição, toda e qualquer ação e postura e imponha uma derrota, ainda que pequena ou circunstancial ao imperialismo (estágio último do capitalismo), deve ser realizada e incentivada. Ergue-se como essencial neste século XXI a construção de uma Frente Única Antiimperialista, que una às massas proletárias e oprimidas, bem como a todos os grupos políticos que defendem os métodos e a estratégia revolucionária, sob a política e programa revolucionários do proletariado. Ademais é necessário defender todas as conquistas das revoluções socialistas do século passado, em especial a grande propriedade nacionalizada: a maior de suas conquistas históricas. As massas devem confiar apenas em si mesmas, recuperando para si o programa político do proletariado da revolução social, construído e testado historicamente. Do contrário, se não houver esta luta, organizada sob uma direção verdadeiramente revolucionária, a tendência de destruição da humanidade pelo irracionalismo da reprodução do capital se imporá cada vez mais. ●

FOLHETO **NOVO!**

PROGRAMA



PPRI

Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista

Adquira com nossos militantes!

FOLHETO

Inviabilidade da

DEMOCRACIA

BURGUESA



“ Nas semicolônias assim como nas metrópoles, o fascismo e a democracia são duas manifestações da ditadura de classe da burguesia ”

Adquira com nossos militantes!



ppri4.org / ppri.partido
ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistagloria@proton.me //
correnteestudiantilmarxistagloria@proton.me

ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistagloria@proton.me

csm.roraima@gmail.com

13 de abril de 2026 / nº 102



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista



ppri4.org



PPRI.PARTIDO

Manifesto do PPRI

**FRACASSAM AS NEGOCIAÇÕES ENTRE OS EUA E O IRÃ
NUNCA HAVERÁ PAZ ENQUANTO EXISTIR
O IMPERIALISMO E ISRAEL COMO
SEU PORTA-AVIÕES NO ORIENTE MÉDIO!**

É hora de as massas árabes travarem uma guerra contra o imperialismo e o sionismo por todo Oriente Médio! É urgente pôr de pé uma Frente Única Anti-imperialista baseada no armamento geral das massas na região! É preciso reconstruir a direção mundial do proletariado para que a guerra de dominação abra caminho à guerra de libertação sob a estratégia revolucionária do proletariado!

Após 42 dias de guerra contra o Irã, Trump ensaiou uma saída que o livrasse de uma derrota estratégica. No fim de semana, em Islamabad, capital do Paquistão, enviados do governo norte-americano reuniram-se com representantes do governo iraniano. Depois de 21 horas de intercâmbio de mensagens e propostas, as negociações encerram sem qualquer acordo. O impasse atualmente colocado irá saltar pelos ares. Os EUA, Israel e as monarquias árabes vassalãs se preparam e se rearmam.

Irã chegou às negociações com a vantagem no campo econômico: demonstrou-se capaz de estrangular a passagem de petróleo e gás (e seus derivados) pelo estreito de Ormuz, causando pesados estragos à economia mundial, agravando a crise interna aos EUA e promovendo uma maior instabilidade das relações políticas inter-imperialistas. Demonstrou ainda capacidade bélica de lançar barragens de mísseis contra bases estadunidenses, interesses estratégicos de Israel e, praticamente, paralisar a indústria de extração e processamento de hidrocarbonetos no Oriente Médio. Diferentemente, os EUA não contavam com qualquer vantagem nas negociações - a não

ser com a arrogância e ameaças. Os EUA demonstraram que não querem garantir o desenvolvimento econômico do Irã (retirando o bloqueio econômico) e menos ainda deixar para o Irã o controle do transporte marítimo. Quanto ao programa nuclear para fins pacíficos, a rejeição dos EUA a qualquer desenvolvimento do programa nuclear civil do Irã diz respeito a impedir a autonomia e autossuficiência em produção de energia que não está controlada pelo “petrodólar”, ou seja, atada aos mecanismos monetários que permitem o controle do petróleo mundial e o comércio mundial de energia pelos EUA. Tampouco os EUA querem que se freie a invasão e os ataques ao Líbano por Israel. Enquanto aconteciam as negociações, Israel realizava massacres de libaneses visando limitar os acordos dos EUA. Israel não aceitará nunca uma resolução ao conflito que não seja de seu interesse. Eis porque as negociações serviram ao adiamento da resolução militar almejada pela gangue imperialista-sionista. A “tática” de distração para organizar forças militares, acumular capacidades bélicas e abrir uma nova fase da guerra ganha fôlego no atual impasse.

Por trás da retórica empregada pelos EUA e Israel, de um lado, e pelo

Irã e aliados, de outro, nunca se deve obscurecer que se encontra a luta pela autodeterminação nacional tarefa democrática progressiva traçada aos povos e massas oprimidas pelo imperialismo, portanto, a luta entre oprimidos e opressores. O capitalismo apodrece e sua maior força econômica, política e militar, os EUA, demonstraram que a única linguagem que os oprimidos devem opor a seu expansionismo e intervencionismo imperialista, a seu objetivo de afundar o mundo na barbárie para abrir caminho aos lucros de seus monopólios, é a guerra e a resistência das massas e das nações oprimidas. Hezbollah, os houthis, a resistência iraquiana e as forças militares iranianas são um destacamento das massas oprimidas em luta contra a opressão imperialista. Elas encarnam as tendências instintivamente anti-imperialistas que se forjam no combate contra a opressão nacional e na luta pela autodeterminação nacional. A violência que desenvolvem serve aos objetivos da libertação nacional, portanto, expressam a violência revolucionária apesar das deformações da política burguesa e obscurantista religiosa sobre a qual se acobertam ideologicamente porque lhes falta sua direção marxista-leninista-trotskista. As

continua |>



//

As massas iranianas estão dispostas a defender sua nação e estar ao lado do governo que se provou capaz de resistir e combater os inimigos e assassinos dos povos. A vanguarda com consciência de classe que defende o programa e estratégia proletárias está obrigada a **travar uma guerra junto da nação oprimida e, nesse sentido, ao lado do governo que escolheram as massas, visando a derrotar a gangue imperialista-sionista.**

minho à autodeterminação dos povos e acabar com os genocidas e mercados da guerra; ou se é objetivamente cúmplice desses assassinos e de suas guerras de dominação. A via diplomática, eleitoral, institucional e do direito internacional erguidos pela burguesia são apenas lixo que as massas devem jogar fora e assumir uma posição e um programa anti-imperialista e anti-capitalista, de guerra aos senhores da guerra e aos capitalistas como classe em seu conjunto.

As massas iranianas estão dispostas a defender sua nação e estar ao lado do governo que se provou capaz de resistir e combater os inimigos e assassinos dos povos. A vanguarda com consciência de classe que defende o programa e estratégia proletárias está obrigada a travar uma guerra junto da nação oprimida e, nesse sentido, ao lado do governo que escolheram as massas, visando a derrotar a gangue imperialista-sionista. O internacionalismo proletário é o método que unifica os operários pela defesa do direito das nações a se autodeterminarem e decidirem por si mesmas sobre todos seus assuntos internos, é parte essencial da tática que herdamos de Lênin e que devemos aplicar hoje, de forma consequente.

O proletariado se deve somar à guerra contra os genocidas e opressores levando-a a seu próprio país por meio de métodos de guerra civil contra sua própria burguesia aliada do

imperialismo-sionismo. É necessária a guerra total dos explorados e oprimidos contra o imperialismo e sionismo em qualquer país em que seus interesses (econômicos, políticos, diplomáticos, acadêmicos ou militares) tenham uma base objetiva e concreta. Deve-se organizar as greves para bloquear o envio e importações de mercadorias de Israel e os EUA, para fechar portos e aeroportos, organizar boicote ativo a comerciantes e empresas nacionais que lucram com sionistas e imperialistas etc. Mas, para isso as direções burocratizadas devem ser superadas e ser construída uma oposição revolucionária para recuperar os sindicatos para a luta internacionalista e a solidariedade com todos os povos e nações oprimidas.

Sobre essa base histórica e de classe se delimitam os interesses das classes antagônicas do capitalismo: proletariado e burguesia. A expulsão do imperialismo e dos sionistas da Palestina ocupada, a expropriação de todas suas propriedades, a derrubada das monarquias vassalas, junto da destruição do estado de Israel, são condições insubstituíveis para avançar por esse caminho. A derrota da burguesia imperialista abre caminho à estratégia da revolução e ditadura proletária se desenvolver e ampliar desde que se avance à reconstrução da direção mundial socialista e revolucionária. É derrotando a gangue genocida é que se abrirão as portas à autodeterminação das nações e um caminho ao proletariado para avançar na luta pela revolução social sob a estratégia dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

A luta das nações oprimidas somente poderá ser um elo da luta do proletariado pela derrubada da classe burguesa se em meio à luta e à guerra se ergue sua política, seus métodos e suas táticas, liderando assim às nações oprimida por trás do programa da revolução social. Essa é a via para reconstruir política e ideologicamente a direção revolucionária mundial da classe operária nas atuais condições de avanço da barbárie social e opressão brutal imperialista sobre o mundo todo. ●

→ forças imperialistas e sionistas, e seus aliados monarquistas e milícias vendidas aos inimigos da nação oprimida representam a violência contrarrevolucionária para submeter nações e povos a seus ditames.

Em meio ao um genocídio planejado em escala industrial e da ofensiva militar contra um povo e qualquer nação que se erga perante a prepotência imperialista não há como ficar em cima do muro, e muito menos assumir uma posição de "nem com um e nem com outro". Ou se faz tudo para derrotar o sionismo e imperialismo para abrir ca-

PERU | Primeiro Turno

Lições “democráticas” para as massas do processo político peruano

Eleições gerais no Peru não significam o fim do golpismo de estado pela via parlamentar, antes *expressam seu triunfo sobre a formalidade do “voto livre e soberano”*

Após uma contagem de votos caótica, e com mais de 90% dos votos apurados, os resultados eleitorais do primeiro turno das eleições gerais no Peru indicam que disputarão o segundo turno: Keiko Fujimori (Força Popular, 17% dos votos) e Roberto Sánchez (Juntos pelo Peru, 12%), aliado do ex-presidente Pedro Castillo, que fora ejetado da presidência por um golpe de estado parlamentar. O segundo turno será realizado no dia 07/06, definindo o presidente que exercerá o mandato até 2030. Não obstante, o Júri Nacional Eleitoral (JNE) afirmou que os resultados finais estarão prontos apenas para a primeira quinzena de maio, momento em que se conhecerão os candidatos de forma definitiva. Os votos nulos e brancos atingiram 16%.

Apresentaram-se 35 candidatos: um número absurdo e superior a qualquer pleito eleitoral da história da república burguesa do país. Não são 35 programas e propostas diferentes, e sim variações da mesma política burguesa. Há os partidos ditos de “esquerda”, mas são marginais e domesticados pela democracia burguesa. Em OI nº 37, assinalamos que o novo golpe parlamentar que empossou José María Balcázar, do Peru Livre, servirá “para preparar o terreno para o retorno da direita ao poder do estado, desta vez legitimada pelas eleições”. Com a dis-

puta entre dois candidatos ultradireitistas serviçais do imperialismo e burguesia nacional, cumpre-se esse objetivo. Após a destituição de Pedro Castillo e dos três golpes institucionais tirando as marionetes empossadas que não tinham qualquer apoio nas massas, se acabou limpando o terreno à ultradireita para retomar o controle do estado pela via eleitoral.

As alianças no Congresso entre supostas forças antagonistas sob o objetivo comum de derrubar governos demonstra que os partidos burgueses e reformistas peruanos são feudos políticos que servem às negociações de costas ao povo. A atomização eleitoral favorece a enganação dos eleitores que votam em deputados, mas não têm controle sobre esses, que logo passam a agir de acordo com os interesses criados pelo parasitismo sobre os orçamentos públicos e das negociações de votações parlamentares em troca de recursos e subsídios para empresas ou grupos e lobbies que financiam suas legendas e campanhas.

Passados quatro anos desde a destituição de Castillo, e de mais de 10 presidentes empossados e retirados pela via do golpe de estado em uma década, ficou absolutamente claro que a democracia formal – supostamente baseada na soberania popular para determinar os rumos do Peru – não passa de uma farsa. A destituição e eleição de

presidentes no Congresso foi uma tática aplicada pela burguesia e o imperialismo para impor a vitória dos candidatos mais palatáveis a seus interesses. Foram os golpes desde o Congresso que moldaram o curso dos acontecimentos políticos que culminaram nas eleições deste ano. As eleições sacralizaram formalmente essa política imposta pelos golpes de estado. Eis porque os golpes prepararam a ascensão da ultradireita ao poder que perdera desde a derrubada de Alberto Fujimori e a desagregação eleitoral do partido criado por esse, sob comando de sua filha Keiko.

O curso político em Peru espelha quanto o imperialismo e a burguesia nacional se servem de todos os meios antidemocráticos para “inabilitar, impedir ou derrubar qualquer governo que ensaie até mais limitada (e inofensiva) medida de soberania ou autodeterminação sobre qualquer assunto” (OI nº 37). A manipulação de atas (Peru e Honduras), a fraude, a perseguição de partidos ou prisão de candidatos (a exemplo de Lula em 2016), ameaças de bloqueios econômicos (Honduras), golpes de estado (contra Lugo em Paraguai, contra Zelaya em Honduras, contra Rousseff no Brasil), sequestro de presidentes (Venezuela) indicam que a democracia burguesa e o voto não garante estabilidade de um governo.

Centralização ditatorial

das instituições, o golpe eleitoral (como em Honduras, impondo um títere dos EUA na presidência mediante fraude eleitoral), o golpe de estado de fora para dentro dos EUA sobre a Venezuela (impondo a subordinação dos remanescentes do chavismo), junto dos golpes institucionais no Peru, têm por trás ao imperialismo norte-americano demonstrando que “qualquer que seja o país de América Latina, ou se submete às imposições dos EUA, ou bem sofrerá instabilidade intencional, golpes e ataques até que o país se submeta completamente a seus ditames” (OI nº 37). A alteração do “normal” funcionamento da democracia forjam as condições políticas para os governos eleitos ou prepostos cumprirem os objetivos da burguesia imperialista. A “via alternativa” (como acontece com Cuba) é o bloqueio militar, a asfixia econômica genocida ou a intervenção no processo eleitoral.

A democracia nas semicolônias nasce como uma paródia da democracia burguesa das potências capitalistas desenvolvidas (imperialistas) porque padece de bases materiais econômicas para seu desenvolvimento, sobretudo de uma classe média enriquecida que serve de colchão à luta de classes e compõe a maioria da burocracia estatal que precisa dessa normalização para tirar seus benefícios. Por isso, a tendência mais geral nas relações

→ institucionais na América Latina, já demonstradas pela história, são de sobreposição do poder executivo sobre o parlamentar, ou seja, a tendência da centralização autoritária na forma de regime que Trotsky denominava “bonapartismo sui-generis”.

Eis porque por cima dos estados de economia desigual e combinada, com grande peso do atraso no desenvolvimento capitalista, se erguem governos com poderes excessivos e que podem interferir sobre o normal funcionamento da divisão de poderes. Desde os governos nacionalistas-burgueses passando pelas ditaduras (civis ou militares), a burguesia nacional aliada ao imperialismo condicionou as formas democráticas parlamentares e priorizou, por um longo tempo, o executivo como “centro” das decisões econômicas e políticas do estado, o chamado de “presidencialismo”. Mas, o percurso histórico fez com que a eleição relativamente “livre” colocasse no poder do estado governos que passaram a entrar os interesses imperialistas. Desde a eleição de Chávez, passando pela de Evo Morales e Lula, o “presidencialismo” demonstrou à burguesia que as relações entre parlamento e executivo deviam ser modificadas, sobretudo, quando ficou demonstrado que o Parlamento, tomado por assalto pelos partidos fisiológicos das oligarquias



e burguesias nacionais podiam servir de instrumento de desestabilização dos governos eleitos que não se subordinavam completamente aos monopólios. Ao mesmo tempo em que se recorria aos militares como “cartada final” (a exemplo de Honduras no golpe contra Zelaya, em 2009), progressivamente o Congresso começou a ser o veículo principal dos golpes de estado, o que facilitava a interrupção de governos e imposição de outros escolhidos a dedo pela via do impeachment.

A experiência golpista no Paraguai (que destituiu Fernando Lugo), Equador, Brasil (com a destituição de Dilma Rousseff) e Peru iniciaram essa uma mudança nas relações entre as instituições ao interior do regime republicano burguês nas semicolônias. A atomização e fragmentação de legendas e partidos burgueses que servem às negociações de cada fração burguesa ou oligárquica das classes dominantes nativas manifestarem como controle e domínio da política legislativa. Seu

//

Foram os golpes desde o Congresso que moldaram o curso dos acontecimentos políticos que culminaram nas eleições deste ano. ■ ■

valor à centralização política exigida pela burguesia adquiriu maior relevância ao dispor do instrumento da interrupção golpista dos mandatos que não eram do agrado do imperialismo. Assim, o fortalecimento relativo dos Congressos não é sinônimo de ampliação da democracia, e sim de sua restrição ditatorial por outras vias. É uma readequação das táticas quando a ultra-limitada soberania do “voto livre” abre passagem a elevação e governos que não são do agrado do imperialismo e que nem podem, por meio de compromissos e colaboracionismo (como é o exemplo da frente ampla burguesa no Brasil) ser úteis a seus objetivos.

A democracia burguesa nas semicolônias, ainda mais quando o capitalismo apodrece em toda a linha e deve tirar todo o que deu sob a forma de reformas e direitos aos explorados, não há como eleger um presidente supostamente “progressista” e “democrático”, fundamentalmente quando esse é eleito na base da “unidade nacional” firmada sobre os interesses da burguesia e no colaboracionismo de classe, que irá resolver os

problemas da nação e massas oprimidas. Qualquer que seja o governo eleito, sempre defenderá os interesses e a ditadura dos capitalistas. Tampouco há como modificar as relações de força ao interior de um Congresso dominado cada vez mais pelas frações direitistas da burguesia e que serve de cova golpista contra a “soberania do voto”, princípio máximo da democracia burguesa que não passa de farsa. Na fase de desintegração do capitalismo, “a democracia vira uma fachada e as medidas golpistas e ditatoriais, ainda que revestidas da formalidade institucional e legal, tornam-se mais frequentes” (citações do OI nº 37). A perseverança das ilusões democráticas entre as massas na América Latina é um obstáculo ao avanço da luta de classes. As lições que trazem o processo democrático-burguês das últimas décadas no Peru e na América Latina como um todo exigem da vanguarda erguer o programa comum de reivindicações capaz de direcionar a revolta da população explorada e oprimida a ser fundir com o programa e estratégia proletárias. ●

FOLHETO

Pontos para uma
**Resolução
Internacional**

Situação Nacional

Apresentadas às Conferências Regionais
do POR - 2023

Fração G. Lora – Em defesa do programa
Dezembro de 2022

Adquira com nossos militantes!

FOLHETO

Guillermo Lora e a Rússia

**EM DEFESA
DAS CONQUISTAS
DA REVOLUÇÃO
PROLETÁRIA**

e da Revolução
Política como
parte da Revolução
Mundial Socialista

Adquira com nossos militantes!